

Um túnel para o PASSADO

A Proposta de Emenda à Constituição nº 241 (agora PEC55 no Senado) já recebeu uma alcunha apropriada aos impactos que terá na vida dos brasileiros, em particular dos servidores e dos serviços públicos. Ao lado do PLP 257 e dezenas de outros projetos que tramitam no Congresso, a chamada PEC do Fim do Mundo impõe ao País vinte anos de congelamento de todos os gastos públicos, mesmo que a economia se estabilize e o Brasil volte a crescer. Na educação, por exemplo, os investimentos retrocederão aos patamares do início dos anos 2000. **Leia nesta edição.**



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

**Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições
Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul**

Ufrgs | Ufrgs Litoral Norte | Ufscpa | Ufscpa Canoas | IFRS Porto Alegre
IFRS Restinga | IFRS Alvorada | IFRS Bento Gonçalves | IFRS Canoas
IFRS Caxias do Sul | IFRS Osório | IFRS Viamão | IFRS Farroupilha
IFRS Feliz | IFSul Charqueadas | IFSul Sapucaia do Sul

Presidente

Paulo Machado Mors

Vice-presidente

Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

1º Secretário

Ricardo Francalacci Savaris

2º Secretário e Diretor Social e Cultural

Newton Luis Garcia Carneiro

1º Primeiro Tesoureiro

Vanderlei Carraro

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos

Pedro Alves d'Azevedo

Diretora de Assuntos da Carreira do Magistério Superior

Luciana Boose Pinheiro

Diretor de Assuntos da Carreira do EBTT

Eduardo de Oliveira da Silva

Diretora de Comunicação

Lúcia Couto Terra

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência

Jairo Alfredo Genz Bolter

Diretor de Relações Sindicais

Eduardo Rolim de Oliveira

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre | RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br

ADverso

Adverso, Porto Alegre, nº 222, set./out. 2016

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Machado Mors

Lucio Olímpio de Carvalho Vieira

Luciana Boose Pinheiro

Lucia Couto Terra

Tiragem: 3.600 exemplares

Impresso na Ideograf

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Adriana Lampert, Araldo Neto
e Daiani Cerezer

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Produção:



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

Índice

Entrevista

Rui Vicente Oppermann

Capital humano e
trabalho em rede são
prioridades da nova
gestão.



04

Conjuntura Nacional

Túnel para o passado

Conheça os projetos
que irão impactar
negativamente na
educação.



09

Avalies 2016

Autoavaliação e acreditação
são temas de simpósio

37

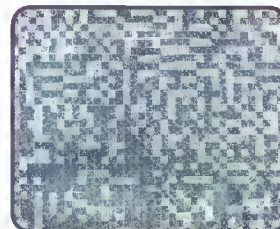
Expansão

IFRS Campus Feliz tenta driblar
cortes para seguir crescendo

42

Vida no Campus

Maria Lucia Cattani
é homenageada na
exposição Gestos e
Repetições



46

Pesquisa

Equipe da UFCSPA recebe prêmio por estudo
de doença genética rara

52

O momento exige unidade e luta

Ainda vivemos num país onde grande parte dos mandatários se coloca a serviço de interesses daqueles que querem, tão somente, obter lucro à custa da população que mais precisa dos serviços públicos. A PEC 241, agora, no Senado, rebatizada de PEC 55, é boa ou ruim? Depende sob qual ponto de vista, sob qual perspectiva a olhamos, para quais interesses ela se presta. O certo é que cortar despesas públicas é cortar serviços públicos. Porém, a demanda por estes serviços permanece. Quais são eles? Essencialmente: educação, saúde, segurança, infraestrutura, mobilidade urbana, habitação, cultura, entre outros, cujo acesso para a maioria da população é permitido apenas por serem públicos.

Portanto, os cortes e limitações previstos nas despesas primárias, por essa emenda constitucional, têm este viés: estancar a ampliação dos serviços públicos. Mas seriam estes os principais responsáveis pelo déficit projetado? Na proposição apresentada pelo governo são desconsiderados os custos da amortização e juros da dívida, que consomem mais de 40% do orçamento geral da União. O fato alegado pelo governo é que houve um incremento muito significativo nas despesas primárias, o que é verdadeiro, porém, este aumento nunca esteve descolado do crescimento da receita e do crescimento do PIB, tampouco, observou-se um descontrole fiscal de longo prazo, apenas nos últimos dois anos, em parte decorrentes da crise internacional, em parte da queda do dinamismo produtivo interno e de erros no enfrentamento da crise.

O congelamento por 20 anos das despesas primárias comprometem todos os serviços públicos, cujas consequências se projetam para muito além, levando o País a um retrocesso jamais visto. Fomos um dos últimos países da América Latina a universalizar a educação e um dos poucos que universalizaram a saúde. Diante deste quadro, fica cada vez mais evidente que o governo pretende transferir a sua responsabilidade pelo atendimento da população às empresas privadas. Assim, grandes conglomerados educacionais e empresários da saúde já se apresentam como supridores dessas

demandas, claro que não às suas expensas ou correndo risco que qualquer negócio oferece. O que se desnuda é a ampliação de repasse de recursos públicos para remunerar estes empresários como consequência natural da provável aprovação da PEC.

Em momento algum a PEC define mecanismos para aumentar a receita, políticas de incentivo a produção e inovação tecnológica (afinal, são 20 anos), mudança no sistema tributário para alcançar o sistema financeiro, que continua obtendo lucros gigantescos, mesmo com o País em crise, ou qualquer outra medida nesta direção. Não surpreende que o Sr. Michel Temer e seus Ministros sejam os patrocinadores dessa PEC. Tampouco, que tenha todo o apoio dos banqueiros, e do grande empresariado nacional e mesmo de partidos tradicionalmente porta-vozes dos interesses privatistas. Ou, até mesmo, o olhar feliz, embora surpreso diante do ineditismo da medida, do Banco Mundial.

O que surpreende é a posição de inúmeras lideranças político-partidárias, que, historicamente, se posicionavam-se como defensores dos interesses públicos, se colocarem, sem questionamento, sem interrogações, sem emendas, numa subserviência suspeita, ao lado deste governo. Por mais que possamos admitir importantes falhas no governo anterior, abusos, malversação dos recursos públicos, corrupção, aparelhamento da máquina pública, conforme denunciado por muitos, é injustificável o comportamento desses senadores e deputados.

Ao movimento sindical, aos trabalhadores, à população, cabe, cada vez mais, reforçar a unidade. Aos professores e seu sindicato, como deve ser, continuar respeitando a diversidade de opiniões, convocar a sua base para o debate e para as decisões de como devemos agir. A partir desta edição, a ADVERSO traz a sessão Espaço do Leitor, com textos enviados pelo associado. Pretendemos, com isso, inaugurar mais um espaço, que há tempos se fazia necessário, de comunicação com e entre os filiados do Sindicato.

Adufrgs-Sindical, o seu sindicato

Rui Vicente Oppermann

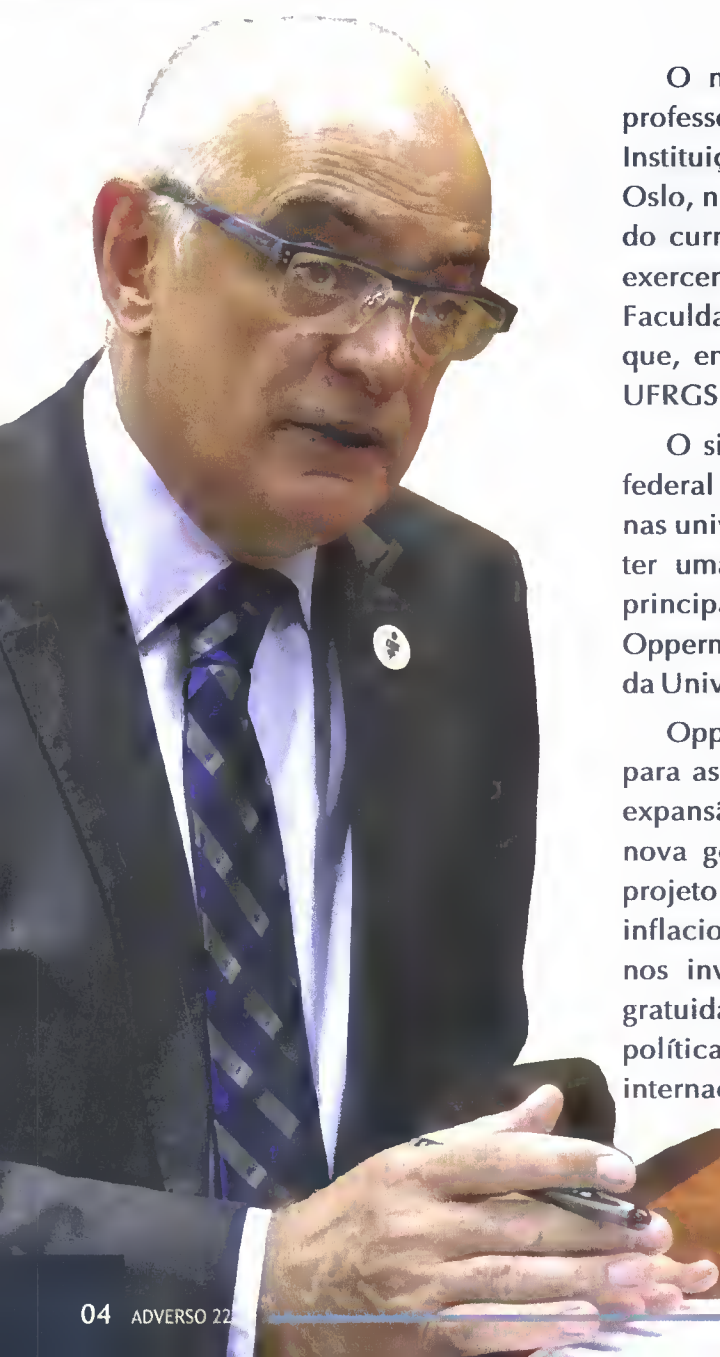
Capital humano e trabalho em rede são prioridades da nova gestão

Por Adriana Lampert

O novo reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, é professor titular da Faculdade de Odontologia, formado pela Instituição e doutor em Odontologia pela Universidade de Oslo, na Noruega. Foi um dos colaboradores para a mudança do currículo do curso na Universidade e, desde 2004 vem exercendo papel de gestão dentro da casa. Como diretor da Faculdade, fez parte da comissão do Conselho Universitário que, em 2007, propôs as políticas de ações afirmativas da UFRGS.

O sistema de cotas serviu de inspiração para o governo federal promulgar a Lei de Cotas, que até hoje está em vigor nas universidades federais brasileiras. “Isso fez nosso campus ter uma grande inclusão de estudantes da rede pública, principalmente de afrodescendentes e indígenas”, destaca Oppermann. Desde 2008, ele vinha atuando como vice-reitor da Universidade.

Oppermann assume seu mandato em um período difícil para as IFEs. Junto com o fim do Reuni, maior programa de expansão da Universidade custeado pelo governo federal, a nova gestão terá o desafio de gerir a Instituição com um projeto orçamentário equivalente ao de 2015, sem correção inflacionária e com redução de 6,7% no custeio e mais de 40% nos investimentos. Na pauta, também estão a defesa da gratuidade da Universidade, a manutenção e ampliação das políticas de ações afirmativas e a luta pela expansão e internacionalização da UFRGS.



Adverso – O Senhor assume a direção da Universidade em um período de recessão econômica e cortes no orçamento das IFEs em todo o País. Neste contexto, quais são as prioridades da nova gestão?

Oppermann – O primeiro passo é nos voltar para a nova geração de servidores e buscar neles o apoio para os projetos da Universidade. Recentemente, a UFRGS realizou contratação de docentes doutores e técnicos administrativos especializados, alguns, inclusive, com pós-graduação. Isso inclui no quadro de servidores – que passou por quase 50% de renovação – um grupo de profissionais qualificados, que estão capacitados e que têm na Universidade a perspectiva de uma carreira. Isso é muito importante, porque, a partir desta expectativa de construção de sua vida acadêmica, podemos garantir que, apesar das dificuldades deste período de recessão no País, nós temos o mais importante, que é o capital humano. Pessoas dispostas a trabalhar. E temos que dar oportunidade para estas pessoas, para que possam continuar seus projetos na pós-graduação, na pesquisa, na qualificação profissional. Temos que olhar para esta nova geração de servidores, porque, mesmo que tivéssemos muito dinheiro, de nada adiantaria se não houvesse recursos humanos.

Adverso – Neste sentido, quais são os principais desafios?

Oppermann – Em nosso Plano

Vemos na internacionalização, também, a perspectiva de buscar recursos para dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisa e inovação, mas é preciso deixar claro que nossa gestão entende que o financiamento público das universidades federais é constitucional e deve ser preservado.

de Desenvolvimento Institucional (PDI) surgiu, muito claramente, que a comunidade universitária tem interesse na transversalidade, ou seja, no trabalho em rede. Muitos docentes e pesquisadores já fazem isso, participando de redes externas. A UFRGS deverá criar esta cultura internamente, porque isso irá nos permitir produzir conhecimento e novas maneiras de ensino, baseado no trabalho cooperativo, complementar. Esse pensamento é embasado, por exemplo, no Prêmio Nobel, que, antigamente, era entregue para uma pessoa, mas, hoje, reconhece um conjunto de profissionais que trabalham transversalmente. Aí está um grande

desafio. O outro é que a UFRGS é uma universidade de excelência, no ranking das melhores do País, e nós temos que pensar no que teremos que fazer para nos expandir em termos de projeção e de qualidade. Evidentemente, neste plano está buscar nossa internacionalização, promovendo não apenas o intercâmbio entre pessoas, mas também a execução de projetos de convênios, de trabalhos com diferentes instituições estrangeiras. Temos os editais do BRICS como um exemplo fundamental de onde buscar novos recursos. Nós já ganhamos dois editais, e estamos participando de outras iniciativas que envolvem parcerias com pesquisadores de muitos laboratórios no País e no mundo. Vemos na internacionalização, também, a perspectiva de buscar recursos para dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisa e inovação, mas é preciso deixar claro que nossa gestão entende que o financiamento público das universidades federais é constitucional e deve ser preservado.

Adverso – Quais as metas e prioridades de sua gestão, diante da previsão de um corte orçamentário de até 40% nos investimentos das IFES?

Oppermann – Estamos muito preocupados com a questão orçamentária. O projeto da UFRGS para 2017 propõe os mesmos valores de 2015, sem correção inflacionária e com redução de 6,7% no custeio e mais de 40% nos investimentos. A Universidade vai ter que ser muito eficientemente

ente na administração de recursos. Para isso, foi criado um grupo de trabalho que está produzindo propostas de racionalização dos investimentos em custeio, de maneira que não se prejudique o andamento da Instituição. Mas, certamente, haverá uma diferença com relação ao que tínhamos antes de 2014, quando começaram os cortes de custeio. Também não teremos novas obras, apesar de ter a garantia da continuidade daquelas que estão no orçamento, a exemplo do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade (ICBS), a Biblioteca do Campus do Vale e a expansão do Campus Litoral. No entanto, a Universidade não terá a expansão que vinha tendo com o Reuni. Mas não estamos parados, estamos desenvolvendo projetos que, no momento que tivermos os recursos, serão colocados no orçamento.

Adverso – Existe a possibilidade de uma maior aproximação entre empresas e a Universidade. Como será este processo? Em que áreas?

Oppermann – A UFRGS já tem muitas parcerias com grandes empresas, como a Petrobras, Eletrobras, Tramontina. Enfim, a tradição da interação entre universidade e sociedade é de longa data. Nossa perspectiva está baseada no novo Marco Legal para o Desenvolvimento Científico, Tecnologia e Inovação, que abre a possibilidade da universidade realizar parcerias com empresas e instituições públicas e privadas, para o desenvolvimento de projetos de



Está na nossa perspectiva uma eventual sessão de área para que a UFRGS possa instalar uma extensão de seu Parque Tecnológico dentro do 4º Distrito.

inovação. Isso é muito importante. Por exemplo, podemos realizar uma interação da Universidade com a Prefeitura, a PUC-RS, a Uniritter, a Unisinos e diferentes empresas interessadas na revitalização do 4º Distrito de Porto Alegre. Esse é um grande projeto do qual a UFRGS faz parte. No passado, atuávamos apenas como consultores, mas, agora, com o Marco Legal, podemos participar ativamente. Está na nossa perspectiva uma eventual sessão de área para que a UFRGS possa instalar uma extensão de seu Parque Tecnológico dentro do 4º Distrito.

Adverso – O que seria desenvolvido ali?

Oppermann – Pesquisa em microeletrônica, inteligência artifi-

cial, produção de ciência e inovação. E isso é uma forma de interação com a sociedade. Temos que ser mais proativos e buscar, como neste caso, outras áreas onde possamos atuar. O próprio Parque Tecnológico da UFRGS, que, originalmente, estava fixado dentro do campus, hoje tem maior flexibilidade para buscar parcerias fora do seu âmbito, para aproveitar o que nós temos de melhor, que é a nossa inteligência, nossa produção de conhecimento básico e aplicado, em interação com diferentes setores da sociedade.

Adverso – De que forma estas parcerias interferem na pesquisa?

Oppermann – A Universidade, atualmente, produz muito pouca

inovação perto do que poderia produzir. Inovação nada mais é do que produtos, sistemas ou processos e ideias. Toda inovação só pode ser gerada a partir da pesquisa básica. E a UFRGS desenvolve a melhor ciência do País. Neste aspecto, estamos junto com os grandes centros produtores de pesquisa, de iniciação, de investigação, e isso não sou eu que estou dizendo, são as avaliações que são feitas. Vamos continuar buscando recursos, entre fontes públicas e privadas, para essa pesquisa, que vai para a fronteira do conhecimento, que vai desenvolver o que depois será aplicado. Mas também pode ser feita em parceria com empresas em outros locais, a exemplo do 4º Distrito.

Adverso – A questão da redução de recursos já sinaliza uma possível evasão de estudantes mais pobres, diante da dificuldade de, por exemplo, se manter com bolsas (que giram em torno de R\$ 400,00). Como o senhor pretende incentivar a permanência destes estudantes na Universidade?

Oppermann – Durante os oito anos de governo Lula e quatro anos de governo Dilma, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) teve um incremento positivo na sua destinação de recursos. Estava fundamentado na ideia de que, se estamos expandindo o número de alunos e aumentando a inclusão, certamente teremos maior demanda de assistência estudantil, por conta da diversificação desta comunidade. Isso foi

A diferença é que antes, se a pessoa tinha alguma resistência em relação às cotas, acabava criando uma segmentação, no estilo “lá vai a turma dos cotistas”. O grande desafio da inclusão e da permanência é fazer com que o cotista se sinta apropriado dentro da universidade, e não “um incluso”.

e está sendo desta maneira. No segundo governo Dilma, o PNAES parou de crescer e seu orçamento só recebeu a recuperação inflacionária (sem sofrer reduções). No entanto, para 2017 existe uma proposta de redução de 6,7% do PNAES. É um grande problema que teremos de resolver, porque a Universidade não conta com nenhuma outra fonte de assistência estudantil. Não podemos tirar de rubricas do orçamento uma verba para este fim, por exemplo. Os alunos de baixa renda, que são o público contemplado pelo PNAES, recebem diversos auxílios, além da bolsa de R\$ 400,00. Por exemplo, não pagam RU (têm alimentação 100% subsi-

diada), eles têm auxílio transporte, auxílio moradia (no caso dos não beneficiários da Casa do Estudante), auxílio odontológico, entre uma série de outros benefícios. A partir de agora temos um dilema, e nós queremos conversar com a representação estudantil sobre isso: podemos aumentar o valor da bolsa, mas diminuir o volume; ou manter os R\$ 400,00 e manter o número de bolsistas que hoje são beneficiários. Essa é uma equação muito simples, mas é sensível. Eu, na minha visão, acredito que a segunda alternativa é a melhor, mas, para resolver a questão, queremos ouvir os próprios alunos.

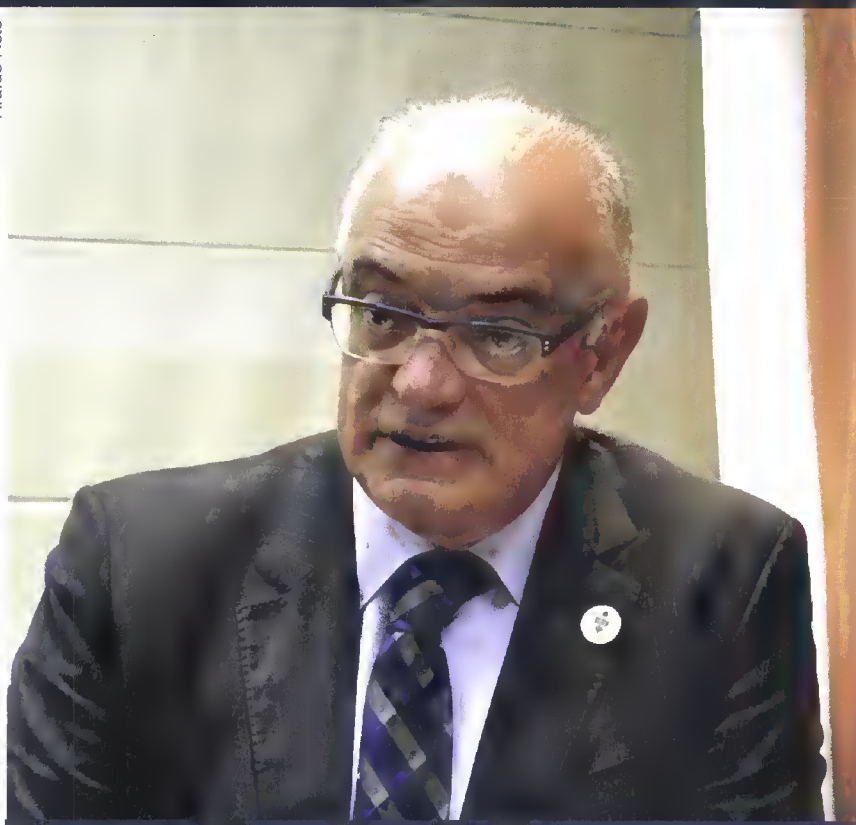
Adverso – Na cerimônia de posse, o senhor garantiu o compromisso com a manutenção do acesso gratuito à Universidade e com a promoção de ações de apoio à diversidade e combate à intolerância. Quais serão estas ações? De que forma pretende engajar os professores?

Oppermann – A gratuidade é uma garantia constitucional, e qualquer mudança neste sentido passaria por uma alteração na Constituição. Eu, pessoalmente, me coloco contrário a uma cobrança de anuidades no ensino público federal. Acho que esta não é a solução, muito pelo contrário: é uma agressão a uma conquista histórica da sociedade brasileira. Então, não são apenas docentes e reitores que devem se mobilizar contra a cobrança, mas toda a sociedade. Se for o caso, deveremos abrir a discussão para

que os argumentos sejam apresentados. A população deve compreender que as universidades públicas prestam serviços incomparáveis no aspecto social, o que faz com que a pesquisa, a inovação, a inclusão e a tolerância sejam respeitadas como bens do cidadão. Essa é uma luta que deve ser coletiva, principalmente se quisermos sair da crise. A educação é investimento. E, no caso do Brasil, um investimento público.

Adverso – O senhor toma posse em meio à polêmica da mudança na política de cotas, que está em discussão na Universidade. Qual a posição da reitoria sobre este assunto?

Oppermann – Nenhuma ação na Universidade foi tão profunda quanto a política de ações afirmativas, que foi o aspecto mais fundamental de transformação da nossa Universidade no século XX. A recente discussão que envolveu a Reitoria, o Consun e os movimentos organizados resultou em um evidente aprimoramento da nossa política de ações afirmativas, no que se refere às cotas. Uma das mudanças é distribuir a entrada dos cotistas nos dois semestres, e não apenas no segundo, como ocorria. A diferença é que antes, se a pessoa tinha alguma resistência em relação às cotas, acabava criando uma segmentação, no estilo “lá vai a turma dos cotistas”. O grande desafio da inclusão e da permanência é fazer com que o cotista se sinta apropriado dentro da universidade, e não “um inclu-



A pior coisa que pode nos acontecer é sermos unânimes, pois a Universidade é o palco da diversidade, da tolerância, da pluralidade de ideias, da discussão. Essa é a razão pela qual a Lei da Mordaza é um grande risco para a sociedade.

so”. Então, a partir de agora, teremos a entrada de cotistas (que passam a ter 50% de vagas tanto no primeiro quanto no segundo semestre) em toda a Universidade, em todos os momentos. Queremos também que a Coordenadoria de Ações Afirmativas trabalhe pela permanência dos cotistas, em interação com as pró-Reitorias de Graduação, de Assuntos Estudantis e de Pós-Graduação da UFRGS, das unidades acadêmicas, dos DCEs e dos coletivos. Afinal, a universidade tem como função funda-

mental a construção de cidadania. Temos, também, uma preocupação com o momento atual, em que há um acirramento muito grande de posições – e todo mundo tem o direito de ter suas posições, mas é preciso que haja tolerância neste sentido. A pior coisa que pode nos acontecer é sermos unânimes, pois a Universidade é o palco da diversidade, da tolerância, da pluralidade de ideias, da discussão. Essa é a razão pela qual a Lei da Mordaza é um grande risco para a sociedade. ■

TÚNEL PARA O PASSADO

Por Araldo Neto

Em apenas seis meses de governo, o programa “Uma ponte para o futuro” mergulha o País em um mar de incertezas. Ainda que não explícitas, as consequências de propostas como a PEC 241 e o PLP 257, indicam que tempos difíceis estão por vir. Cortes no orçamento das IFES e o estabelecimento de um teto para os gastos públicos, por 20 anos, terão consequências irreparáveis para os servidores e para os serviços públicos. A PEC 241, por exemplo, fará o investimento total em Educação declinar ao patamar registrado no início dos anos 2000, o que não é pouca coisa.

Com a revogação da Lei da Partilha, que tornava obrigatória a participação da Petrobras em todos os contratos de exploração do Pré-sal, o impacto no volume de recursos destinados à educação e à saúde será tão negativo quanto o fim das vinculações constitucionais. Duas medidas que, direta ou indireta-

mente, representam a impossibilidade matemática de cumprimento das metas do PNE.

Se há críticas ao conteúdo das mudanças propostas, também o método é alvo de profundos questionamentos. A reforma do ensino médio, apresentada por meio de uma Medida Provisória, ignora o debate que vem sendo construído, há anos, no campo educacional. E a não menos polêmica Escola sem Partido surge como uma espada sobre a cabeça dos educadores.

Neste cenário nebuloso, a Revista Adverso fez um apanhado geral das medidas que ameaçam a Educação brasileira. Você poderá conferir um a um estes projetos, e tirar suas próprias conclusões. PROIFES-Federação e ADUFRGS-Sindical já estão mobilizados para, ao lado de outras organizações da sociedade civil, barrar o avanço de pautas que comprometem o trabalho dos docentes e o futuro da educação.

PEC 241/2016

Perdas na Educação e na Saúde serão irreversíveis

A PEC 241/2016 foi aprovada em votação no plenário da Câmara no dia 25 de outubro. Agora, ela segue para a apreciação do Senado (PEC 55). Batizada pelo Governo Temer de “Novo Regime Fiscal”, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) limita os gastos públicos às despesas do ano anterior, corrigidas apenas pela inflação (IPCA). A medida tem validade por 20 anos, podendo ser revisada após 10 anos, mas por iniciativa exclusiva do Poder Executivo. A justificativa do governo é conter o crescimento das despesas federais, utilizando o dinheiro economizado para pagar a dívida pública.

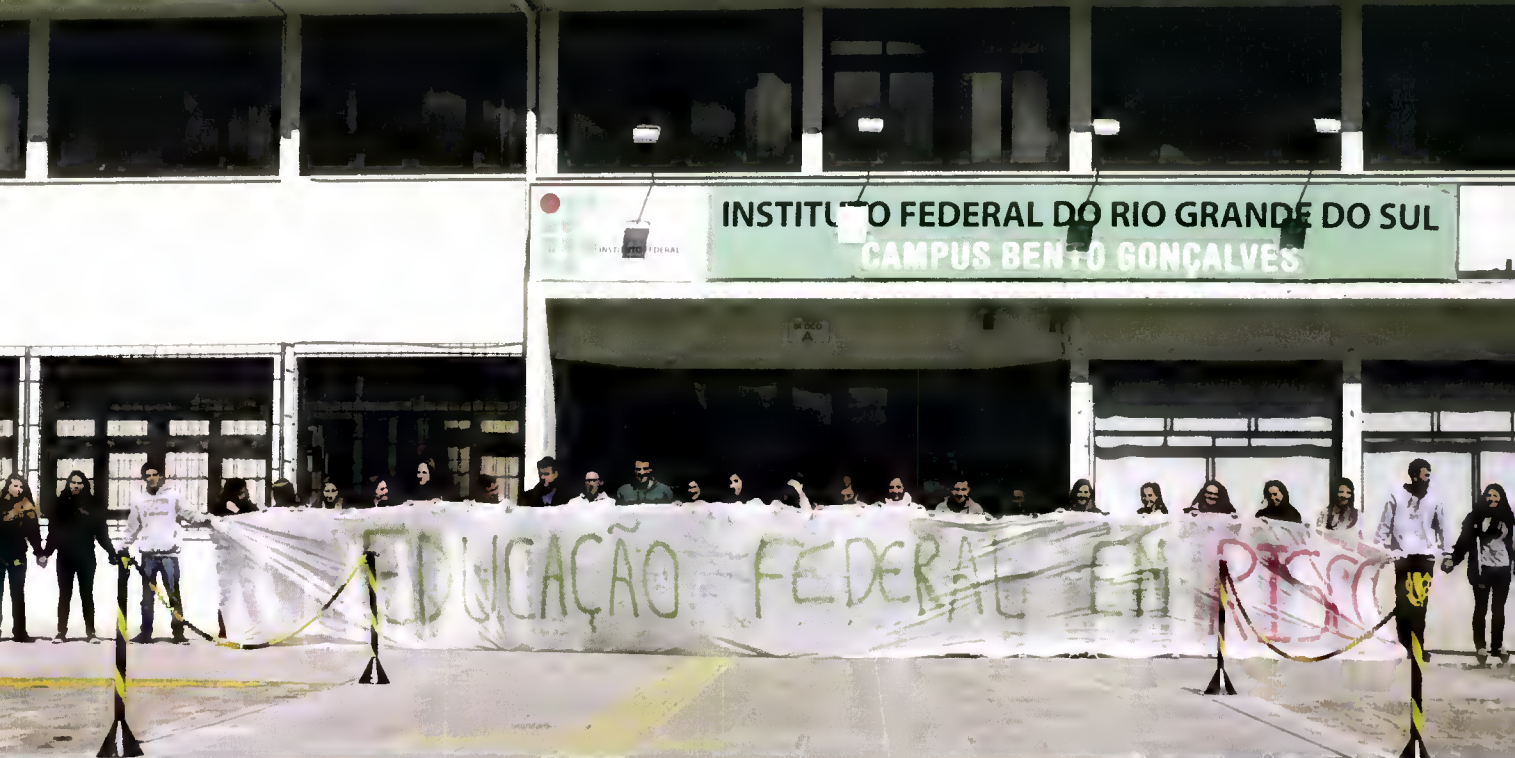
No entanto, se for aprovada, a PEC irá afetar de maneira drástica a presença do Estado Brasileiro na Saúde e da Educação. Ao revogar as vinculações constitucionais vigentes, ela também elimina quase irreversivelmente os avanços conquistados na Constituição Federal de 1988. Em nota, a ADUFRGS advertiu que a PEC levará ao desmonte da educação e da saúde: “A sociedade tem que entender que é mentirosa a tese de que este ajuste é bom e necessário. Ele só trará prejuízos aos mais pobres e assalariados”, afirma a nota. Para a superação da crise, a ADUFRGS volta a defender “uma reforma tributária que penalize os que ganham mais, que são os que pagam menos impostos”. E adverte: a PEC abre espaço “para a privatização da educação e da saúde, o que acabará com a expansão do ensino gratuito e a



Daiani Cerezer

inclusão social, e tornará ainda mais precário o SUS”. Os maiores prejudicados, afirma, serão os assalariados, para quem “tudo ficará mais caro e inacessível”.

O corte na carne proposto pela PEC 241 terá o servidor público como principal prejudicado, visto que pelo menos quatro medidas proibitivas se referem, diretamente, ao gasto com pessoal: reajuste salarial, criação de novos cargos ou funções, reestruturação de carreira e realização de concursos públicos. “Como os salários representam, aproximadamente, 70% do orçamento das IFES, a queda na massa global de recursos a serem destinados a essas instituições se refletirá na queda de poder aquisitivo de professores e técnico-administrativos”, adverte a



Comunicação IFRS Campus Bento Gonçalves

ADUFRGS. Outro aspecto é a piora nas condições de trabalho dos professores, com a diminuição do financiamento para pesquisa, laboratórios, bolsas, contratações e projetos, por exemplo.

A cruel matemática imposta pela PEC

O Diretor de Relações Internacionais e Diretor de Políticas Educacionais do PROIFES-Federação, professor Gil Vicente Reis de Figueiredo, fez um estudo técnico projetando os efeitos financeiros, caso o novo regime fiscal seja aprovado no Congresso. O resultado é extremamente preocupante. Com informações da Câmara dos Deputados e do Governo Federal, o professor calcula que o investimento total em educação irá declinar em torno de 16% até 2025, invertendo a tendência de crescimento atual. Caso a proposta se estenda por mais uma década, até o prazo total de 20 anos, haverá o retorno dos investimentos em educação ao patamar de 4 a 5%, percentuais que o Brasil aplicava no início dos anos 2000. “Do ponto de vista do conteúdo, estamos diante de um retrocesso sem precedentes. Do ponto de vista da forma, trata-se de um golpe político, pois é de conhecimento geral que a população brasileira aprovou democraticamente, nas urnas, em 2014, o exato contrário das premissas fundantes dessa proposta”, resume Gil Vicente.

Segundo dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2013, o Brasil investiu 6,2% do PIB em Educação. De acordo com a meta 20 do PNE, o percentual deveria

subir para 10%, até 2024. Ou seja: matematicamente, o PNE não será cumprido com a aprovação da PEC 241. Um dado para comparação: se a despesa com pessoal no ano de 2004 (R\$ 89 bilhões) fosse apenas reajustada pelo IPCA nos últimos 12 anos, em 2015 o gasto seria de apenas R\$ 162,9 bilhões, contra o que foi efetivamente gasto de R\$ 235,5 bilhões. Outro exemplo se refere ao orçamento do MEC, entre 2007 e 2014, ele fechou em R\$ 666 bilhões. Se aplicado o novo critério, o mesmo orçamento desabaria para R\$ 341 bilhões, ou seja, quase a metade do que foi investido.

Gil Vicente Reis de Figueiredo

PROIFES-Federação



Outro dado relevante: naturalmente, a população brasileira irá crescer nos próximos 20 anos. Segundo o IBGE, hoje são 206 milhões de habitantes no Brasil, com uma perspectiva de atingir a marca de 220 milhões em 2027 (dez anos após a vigência da PEC 241). Com isso, o Estado precisará aumentar os gastos com a prestação de serviços públicos, mas isso também não é levado em consideração pelos autores do projeto.

Investimentos da União com pessoal nos últimos 12 anos

Valor investido

235,5
bilhões

Valor que seria investido se a PEC estivesse valendo

162,9
bilhões

Orçamento MEC

Fonte: CNTE

Orçamento 2007-2009

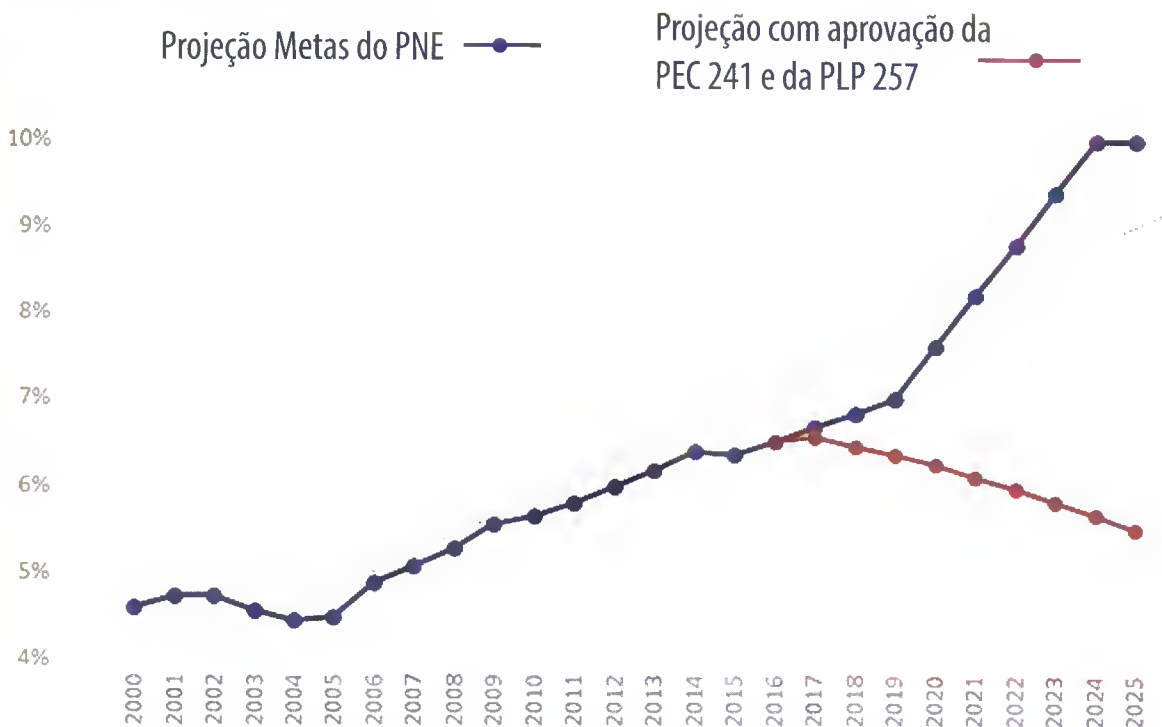
666
bilhões

Orçamento do MEC se a PEC estivesse valendo

341
bilhões

Investimento total em educação

Fonte: PROIFES-Federação



Pesquisadores temem 'desastre' na C&T

A aprovação da Proposta de Emenda À Constituição (PEC) 241 será "desastrosa" para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. A avaliação é do presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich. "Se continuarmos na situação atual por mais 20 anos será mortal; vamos voltar ao status de colônia extrativista", disse ao jornal O Estado de São Paulo. Na mesma reportagem, o periódico entrevistou a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader. Ela teme uma fuga em massa de cérebros para o exterior, caso a situação se perpetue dessa forma. "É um cenário trágico para a ciência. O que estamos dizendo para os nossos jovens cientistas é: se você tem condições de ir embora do Brasil, vá; porque aqui a ciência não é valorizada", afirma. É bom lembrar que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi fundido com a pasta das Comunicações pelo Governo Temer. ■

IFRS Campus Restinga



Assembleia aprova participação da ADUFRGS em protestos

Professores da UFRGS, UFCSPA, IFRS e IFSul rejeitam projetos que irão interferir na educação pública e no trabalho dos professores das Instituições Federais (IFES). Reunidos, no último dia 30 de setembro, no auditório da Faculdade de Economia da UFRGS, os docentes debateram quatro propostas, que estão tramitando no Congresso, e seus efeitos para a Educação: a PEC 241, a Medida Provisória do Ensino Médio, a Escola sem Partido e a nova reforma da Previdência. Após ampla discussão, os professores se posicionaram contra as medidas e aprovaram a participação do Sindicato nas atividades de mobilização da categoria e protestos realizados pelos servidores.

O que é a PEC 241/2016?

Proposta que estabelece limite para todas as despesas primárias, que não poderá exceder a realizada no ano anterior, corrigida pelo IPCA. O limite vale para todos os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Impacto na Educação

- Inviabilizará a aplicação do Plano Nacional de Educação (PNE).
- Põe fim ao processo de expansão de Universidades e Institutos Federais.
- Provocará a precarização da educação e saúde no país.

Andamento*

- Proposta em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado. Após o cumprimento de todas as sessões, a matéria é votada em dois turnos. Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas das duas casas. Em tese, é possível que isso aconteça até o final deste ano.

*Edição finalizada em 31/10/2016

PLP 257/2016

Projeto incapacita estados e municípios

O Projeto de Lei Parlamentar 257/2016 é tão danoso para os servidores e para os serviços públicos quanto a PEC 241. Concebido com a mesma justificativa do ajuste fiscal, o projeto tira a capacidade de investimento dos estados e municípios em troca do refinanciamento das dívidas com a União. Aguardando apreciação do Senado, depois de ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados, o PLP 257 limita o crescimento anual das despesas primárias à variação da inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA). Diante da pressão das entidades representativas do funcionalismo público, durante a tramitação do projeto, foram retirados do texto os pontos mais polêmicos, como a proibição na concessão de reajustes aos servidores por dois anos e a

criação de programas de demissão voluntária para redução de despesas com pessoal.

De acordo com o PROIFES-Federação, a fixação de teto de gastos para os estados e municípios (PLP 257) e a União (PEC 241) é uma ameaça ao serviço público, na medida em que reduz o papel do Estado e precariza os serviços públicos. Para os servidores, as consequências podem ser devastadoras. Embora a concessão de reajuste não seja explicitamente proibida, na prática, a limitação do crescimento das despesas irá inviabilizá-la, assim como impedirá a reestruturação nos planos de carreira e a abertura de novos concursos.

Impacto em rede

As contrapartidas exigidas pelo projeto terão forte

Proifex-Federação





aiani Cerezer

impacto em toda a rede de políticas públicas, inclusive na educação e saúde. A aprovação do PLP 257 e da PEC 241 poderão reduzir o investimento total na educação em cerca de 16%, até 2025, segundo levantamento do professor Gil Vicente Figueiredo. Com relação à Previdência Social, a redação original do PLP 257 previa a instituição do regime de Previdência Complementar e a elevação das contribuições previdenciárias dos servidores ao regime próprio de Previdência Social de 11% para 14%. Na avaliação do PROIFES, esses pontos foram retirados do texto final, em função da reação das entidades de servidores, mas também porque o

governo está gestando uma nova Reforma da Previdência, “onde estas propostas, certamente, voltarão à pauta”.

Por fim, a entidade considera que o projeto de lei não apenas será ineficaz em seus objetivos, mas terá efeito francamente contrário ao pretendido. “De modo perverso, ao tentar resolver o problema fiscal dos estados e municípios e instituir uma política emergencial de controle de gastos, o PLP incapacita este mesmo Estado para operar como deveria, garantindo os direitos constitucionais da população”, avalia.■

O que é o PLP 257?

Projeto de Lei renegocia a dívida dos Estados e do Distrito Federal com a União, alongando o prazo de pagamento por até 20 anos. Em contrapartida, impõe medidas de ajuste fiscal, entre elas a limitação do crescimento anual das despesas primárias à variação da inflação do ano anterior, medida pelo IPCA. No Senado, o projeto foi rebatizado de PLC 54/2016).

Consequências

- Reduz o papel do Estado e precariza a prestação dos serviços públicos.
- Prejudica medidas de reestruturação nos planos de carreira e abertura de novos concursos.
- Reduz os recursos para a educação, saúde e outros serviços essenciais.

Andamento*

Após ser aprovado na Câmara dos Deputados, em agosto, o projeto se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Tem como relator o senador Armando Monteiro (PTB).

*Edição finalizada em 31/10/2016

MP 746/2016

Reforma do Ensino Médio esquece formação integral

Daiani Cerezer



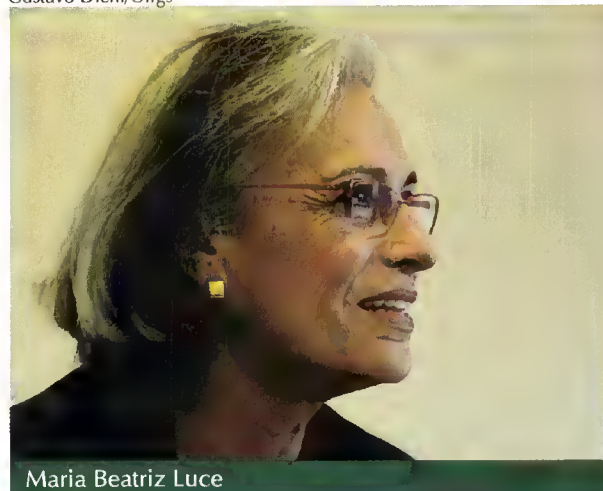
No final de setembro, por meio de uma Medida Provisória (MP), o Governo Temer lançou a polêmica reforma do ensino médio brasileiro. O ponto de maior discórdia é a mudança de status das disciplinas de Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia, que deixam de ser obrigatórias e se tornam optativas. Educação Física, em especial, passa a ser "facultativa ao aluno". Com a reforma, apenas Português, Matemática e Inglês são matérias obrigatórias para o fim do ciclo. As escolas poderão ofertar outras línguas estrangeiras em caráter optativo. O texto sugere que, no caso de outra língua oferecida, seja preferível o espanhol. As demais disciplinas serão definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que deve ser avaliada e definida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ainda neste ano, segundo o MEC. No restante do curso, os alunos poderão escolher entre cinco áreas de formação: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. A justificativa do governo é dar mais ênfase às disciplinas da área que o aluno deseja seguir no ensino superior. Assim, o ensino médio seria introdutório à formação universitária. A reforma ainda prevê o aumento progressivo da carga horária anual de 800 para 1.400 horas. Outra novidade é que as aulas do ensino técnico e profissional poderão ser ministradas por profissionais com notório saber, ou seja, sem formação acadêmica específica na área que leciona. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças devem começar a valer a partir do primeiro semestre de 2017.

Experiência fracassada

Segundo a professora da Faculdade de Educação UFRGS, Maria Beatriz Luce, a medida é um grande retrocesso. Em entrevista ao programa de rádio "ADUFRGS no Ar", ela afirmou que o desenho curricular proposto pelo governo é o mesmo utilizado na reforma de 1971, que, segundo ela, não deu certo e, por isso, logo foi abandonado.

O sentido da reforma, diz ela, caminha na contramão daquilo que as universidades, no Brasil e no Mundo, tentam evitar: a escolha prematura de cursos e carreiras por parte dos alunos. Como exemplo, Maria Beatriz cita a criação, nos últimos anos, dos

Gustavo Diehl/Ufrgs



Maria Beatriz Luce

bacharelados interdisciplinares, que visam proporcionar uma formação mais geral ao aluno, retardando a opção por áreas específicas. Outro exemplo é a possibilidade do aluno fazer licenciaturas interdisciplinares para formação de professores do ensino médio, que tratem das diversas áreas de conhecimento, junto com os professores especializados. "Acreditamos que o aluno não deve ingressar no ensino superior, escolhendo um curso e uma carreira. No Brasil, existem instituições que disponibilizam o ciclo universitário, que o aluno entra e vai escolhendo as disciplinas aos poucos, sem precisar definir o curso que pretende seguir. Essa MP está estimulando, justamente, as escolhas prematuras", adverte.

Além disso, a professora afirma que a maioria das escolas de ensino médio, que são pequenas, não terão condições de dar opções curriculares, como prevê a reforma. O resultado é que a flexibilidade valerá apenas para os alunos que frequentam as poucas escolas que têm uma situação mais privilegiada, o que só agravaria as desigualdades educacionais. "Estou convencida de que nós temos que questionar essa reforma. O tempo integral é uma medida importante, mas tem que ser planejado de uma forma cuidadosa, progressiva e requer um aporte de mais professores, de melhores instalações e condições de trabalho de qualidade, diferente do que temos hoje", finaliza.

Cadê a urgência?

A polêmica reforma do ensino médio causou muitas críticas de diversos setores que atuam na Edu-

cação. Muitas entidades se posicionaram contra a mudança, em especial pelo fato de ter sido encaminhada por medida provisória, um instrumento com força de lei, utilizado em casos de relevância e urgência. Para o vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, Lúcio Vieira, o caráter de urgência não se justifica no caso da reforma do ensino médio. “A medida diz que o novo currículo tem que utilizar como referência a Base Nacional Comum Curricular, que nem sequer existe. Além disso, a MP prevê dois anos para que a reforma seja aplicada. Cadê, então, a urgência?”, questiona.

Reforma ignora debate construído há anos no campo educacional

O Fórum Nacional de Educação (FNE), que conta com a participação do PROIFES-Federação, divulgou nota pública sobre a reforma, em que considera que a proposição ignora o debate que vem sendo travado há anos, pelo campo educacional, pela sociedade e pelo próprio Congresso Nacional. Segundo o FNE, o Governo Temer erra no método e no processo, que são “restritivos e impeditivos do debate e do encaminhamento adequado sobre a matéria nas redes e sistemas de educação e, também, erra no conteúdo e suas repercussões no País”. Na nota, o PROIFES diz que a MP vai gerar mais atrasos e retrocessos em face da necessária formulação e implementação de medi-

Araldo Neto

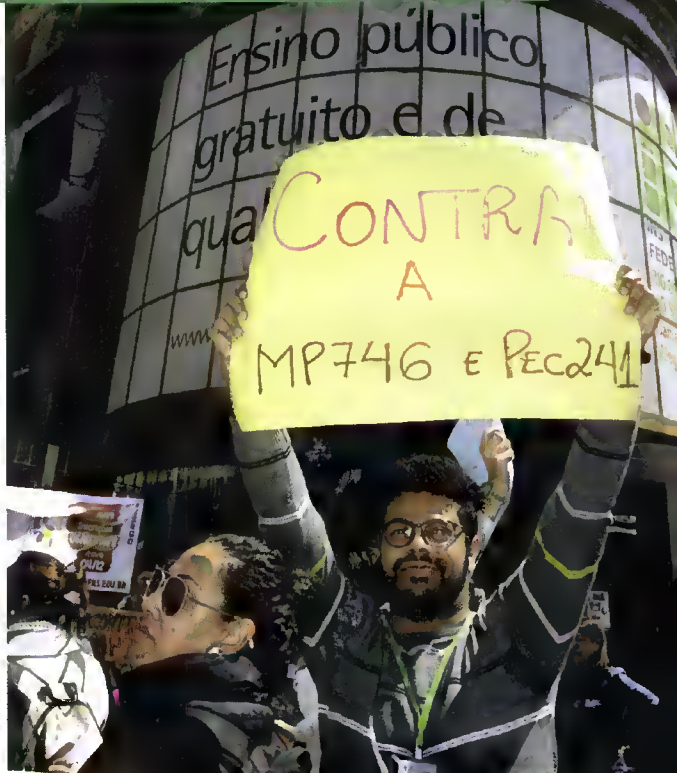


Lúcio Vieira

das consistentes e bem fundamentadas para o ensino médio. “De maneira impositiva, solitária e açodada, pretende o Executivo, por meio do instrumento excepcional da MP, resolver questões complexas de reorganização curricular, pedagógica e formativa, que impactarão, inadvertidamente, nada menos que 26 estados, o Distrito Federal, 5.570 municípios e milhões de profissionais da educação, estudantes e estabelecimentos públicos e privados, além do próprio Executivo Federal”, alerta o documento. Por fim, o manifesto enumera 23 argumentos contrários à Medida Provisória 746. ■

Gustavo Colfer





1

Reforça a fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar que as Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino médio, amplamente debatidas, buscaram enfrentar.

2

Não trata de questões basilares, como as condições objetivas e infraestruturais das escolas, a profissionalização e valorização dos profissionais da educação, a relação discente-turma-docente, a inovação nas/das práticas pedagógicas, entre outros aspectos.

3

Empobrece a formação para reduzir custos e precarizar o trabalho docente, desconhecendo que para a oferta de qualquer modelo formativo é necessário enfrentar o déficit de docentes em muitas áreas.

4

Pretende eliminar a estreita e fundamental relação entre o conhecimento tratado na escola e sua relação com a sociedade que o produz.

5

Induz, de forma quase compulsória e nada clara, a educação integral, sem deixar explícitas quais concepções a presidirão e em que condições objetivas de apoio do Governo Federal se dará sua implementação que, assim, será, provavelmente, “progressivamente ampliada” ao arripio de gestores não consultados, de docentes sobrecarregados, de educandos que trabalham e de escolas sem condições objetivas.

6

Torna o inglês obrigatório sem se ocupar das objetivas e distintas realidades das redes e sistemas, abrindo enorme flanco para sua oferta por “grupos e empresas interessadas” junto à redes e sistemas fragilizados e compelidos a cumprir uma obrigação.

7

Retoma a discussão sobre organização curricular com base em temas transversais às disciplinas, reeditando formato experimentado em período recente da educação brasileira a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais anteriores às que estão em vigência, e que se mostrou inócuo.

8

Ignora a instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, plural, prevista pelo PNE e editada, em caráter transitório, pela Portaria nº 619 de 24 de junho de 2015, ao tratar dos processos de escuta e aprovação para inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na BNCC.

9

Busca ressignificar e restringir o objetivo da BNCC, reposicionando os conceitos de competências, habilidades e expectativas de aprendizagem.

10

Dispensa, na prática, o corpo, a alma, a estética e a ética dos nossos jovens com a supressão das artes, da educação física, da sociologia e da filosofia que, ao contrário de serem reconhecidas como campos fundamentais para o desenvolvimento integral da pessoa e o desenvolvimento da cidadania, são vistas como coisas que atrapalham a formação.

11

Refere-se aos aspectos socioemocionais e, no contexto de uma proposição restritiva, abre-se oportunidade para sua mensuração.

12

Possibilita a ampliação da presença do “setor produtivo” no campo da formação técnica e profissional.

13

Abre enorme espaço para a pressão local de grupos interessados sobre os sistemas a tratar das possibilidades de cumprimento de exigências curriculares do Ensino Médio, “mediante regulamentação própria” dos sistemas.

14 Vilipêndia a formação docente e desmonta a meta 15 constante da Lei nº 13.005/14, do Plano Nacional de Educação, ao cristalizar a atuação de “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação”, sem estabelecer qualquer diálogo com conselhos de educação e instituições formadoras.

15 Propõe, em um contexto de precaríssima discussão no campo e junto às instituições, bem como a pretexto de abrir espaços para novos formatos de aproveitamento de estudos e carga horária, a convalidação de conteúdos cursados para aproveitamento de créditos na educação superior, abrindo “uma avenida” para a conclusão aligeirada e sem qualidade nas Licenciaturas.

16 Propõe à comunidade educacional “um salto no escuro” ao sugerir a necessária substituição de disciplinas por “itinerários formativos” ancorados em uma Base Nacional Comum ainda não concluída e em uma articulação com o mercado de trabalho, alicerçados na reedição da dualidade e fragmentação entre a educação que será oferecida aos jovens das elites (formação intelectual) e aos jovens trabalhadores e filhos e filhas de trabalhadores (formação manual), reeditando o modelo do período ditatorial, marcado pelo viés eficientista e mercadológico.

17 Propõe uma “Política de Fomento à Implementação de Escolas de ensino médio em Tempo Integral” que, no contexto das medidas regressivas de ajuste fiscal e restrição do gasto público em educação, a exemplo da PEC 241/16, representará, na prática, uma medida para atrair e ludibriar redes e sistemas de educação que, malgrado, serão deixados à própria sorte em curto espaço de tempo.

18 Estabelece que o acesso ao apoio financeiro para implementação do modelo será viabilizado àqueles que “atendam às condições previstas em ato do ministro de Educação”, mais uma vez ignorando o diálogo por meio da instância permanente de negociação e cooperação federativa.

19 Estabelece que “transferência de recursos será realizada anualmente, a partir de valor único por aluno, respeitada a disponibilidade orçamentária para atendimento, a ser definida por ato do ministro de Estado da Educação” ignorando, mais uma vez, a instância permanente de negociação e cooperação federativa e, particularmente, desconhecendo a legislação (PNE) e toda a discussão sobre o Custo Aluno Qualidade (CAQ) e Custo Aluno Qualidade de inicial (CAQi) e as diversidades regionais.

20 Atribui competências aos conselhos nas prestações de contas dos recursos repassados não abrangida pela MP sem que tenha havido qualquer diálogo para viabilizar o cumprimento de tais atribuições pelos entes, bem como realizada qualquer análise sobre as condições objetivas dos conselhos para tal.

21 Revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005 que dispõe sobre o Ensino da Língua Espanhola.

22 Silencia em relação à forma como se garantirá o direito de acesso à educação básica para mais de dois milhões de jovens de 15 a 17 anos que estudam e trabalham ou só trabalham.

23 Desconsidera as particularidades dos sujeitos que estudam à noite, em suas especificidades etárias, socioculturais e relativas à experiência escolar que culminam por destituir de sentido a escola para milhões de jovens, adultos e idosos.

IFRS Campus Restinga





O que é a MP 746?

Torna metade da grade curricular do ensino médio fixa e igual para todos os alunos. A outra metade quem vai escolher é o estudante. A parte igual para todos estará na BNCC, que ainda não está pronta, mas a MP determina que português, matemática e inglês serão disciplinas obrigatórias. Na outra metade, o aluno poderá escolher entre cinco áreas de conhecimento ou de atuação profissional que mais se identificar.

Consequências

- Disciplinas de Arte, Educação Física, Filosofia e Sociologia deixam de ser obrigatórias no ensino médio.
- Língua inglesa passa a ser obrigatória.
- Ensino médio terá, no mínimo, 7 horas de aula por dia, ampliando progressivamente a carga horária dos alunos para 1,4 mil horas anuais.
- É possível a contratação de professores sem diploma específico na área pedagógica em que leciona (notório saber).

Andamento*

O projeto recebeu pelo menos 568 emendas de deputados e senadores. O texto será analisado por uma comissão mista e, depois, pelos Plenários da Câmara e do Senado. Esses procedimentos devem ocorrer em 120 dias ou a MP deixa de ter valor legal.

*Edição finalizada em 31/10/2016

IFRS Campus Osório



• EM DEFESA DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA
• EM DEFESA DOS
INSTITUTOS FEDERAIS

**CONTRA A
PEC 241 E MP 746**

Adufra-Sindical/Assufra/Gêrmio Estudantil IFRS-Campus Porto Alegre

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Previdência deixa de ser política social e vira custo financeiro

te sobre foto: www.vozdoaposentado.org.br



A Reforma da Previdência Social deve ser enviada à Câmara dos Deputados em novembro. Um dos principais objetivos da reforma defendida pelo governo Temer é instituir o critério de idade mínima para a aposentadoria: 65 anos para homens e mulheres, valendo para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Se aprovada no Congresso, a nova regra se aplica para os contribuintes homens com menos de 50 anos ou, para mulheres e professores, 45 anos. Quem estiver acima desta faixa etária, será submetido a uma regra de transição, uma espécie de pedágio para a aposentadoria. Nestes casos, sobre o tempo que falta para o benefício, deve ser instituído um adicional de 40% a 50%. Com a imposição da idade mínima, o fator previdenciário e a fórmula 85/95 tendem a perder a validade, já que haverá mais aposentadoria por tempo de contribuição.

Para a ADUFRGS-Sindical, a reforma previdenciária ignora que os servidores públicos já tiveram suas aposentadorias profundamente modificadas em 2004, 2013 e 2015, com o fim da integralidade e a diminuição das pensões. Uma das medidas da reforma é o aumento da idade para aposentadoria e, consequentemente, do tempo de contribuição. O Sindicato entende que a mudança é perversa, pois vai penalizar fortemente os trabalhadores mais pobres, que são aqueles que ingressam mais cedo no mercado de trabalho. Com relação à uniformidade das regras para o tempo

de contribuição para homens e mulheres, a ADUFRGS considera absurdo que o Governo ignore o papel das mulheres na gestação e na criação dos filhos, fazendo de conta que existe igualdade plena entre os gêneros, o que não é verdadeiro. Na visão do Diretor de Relações Sindicais da ADUFRGS, professor Eduardo Rolim, “não se pode apenas fazer a conta de que as mulheres vivem mais e, portanto, têm que pagar mais. Isso é uma visão desumana e inaceitável”.

O Sindicato questiona, também, que a reforma da Previdência ocorra antes de uma real e efetiva reforma tributária, que torne mais justo o sistema fiscal do País. A entidade acredita que é fundamental promover a distribuição de renda, com a taxação das grandes fortunas e das transações financeiras especulativas, e a destinação dos recursos de royalties de riquezas minerais para a área social. Rolim lembra que as aposentadorias do INSS são o maior motor da economia nas regiões mais pobres, o que, segundo ele, evidencia a inconsistência do argumento do Governo, segundo o qual a Reforma da Previdência é boa para a economia. “Ao acabar com o Ministério da Previdência, que estava no âmbito do Ministério do Trabalho e foi para a Fazenda, o Governo Temer demonstra que vê a Previdência como custo financeiro e não como política social, o que só serve aos interesses do mercado financeiro, que quer abocanhar os fundos previdenciários, privatizando o futuro dos trabalhadores”, afirma. ■



Reforma Previdenciária

Consequências

- Iguala a idade mínima para homens e mulheres.
- Amplia o número de contribuições.
- Defasagem do piso previdenciário com sua desvinculação do salário mínimo, provocando, num efeito cascata, o achatamento de todos os benefícios.

Andamento*

Deve ser apresentado pelo governo Temer em novembro.

*Edição finalizada em 31/10/2016

PL 4567/2016

Entrega do Pré-sal inviabiliza metas do PNE

“Uma lei, verdadeiramente, lesa-pátria”, afirma o PROIFES

A Câmara dos Deputados aprovou no início de outubro o texto-base do projeto de lei PL 4567/16, de autoria do senador licenciado e atual ministro das Relações Exteriores, José Serra (PSDB-SP), que desobriga a Petrobras de participar de todos os consórcios de exploração dos campos do Pré-sal. Pela legislação em vigor, a estatal atua em todos os consórcios licitados, com participação mínima de 30% e na qualidade de operadora, à qual cabe conduzir a execução direta ou indireta de todas as atividades de exploração e produção. Com o novo texto, a participação da Petrobras se torna facultativa, o que, na avaliação do PROIFES-Federação, afronta os interesses nacionais. “Esse Projeto de Lei é extremamente prejudicial aos interesses do Brasil, e só serve aos grandes conglomerados internacionais do petróleo, uma lei, verdadeiramente, lesa-pátria”, posiciona-se a entidade.

Em setembro de 2013, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº12.858 (Lei da Partilha),

que destinava 75% dos royalties do petróleo para financiar a educação e 25% para a saúde, além de permitir o repasse de até 50% do Fundo Social do Pré-Sal para complementar o custeio e, assim, atingir as metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação. Segundo dados de 2014, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, a educação pública receberia R\$ 364,5 bilhões do Pré-sal em 17 anos, através da Lei dos Royalties. Segundo o PROIFES, “o País perderá as ferramentas de controle da produção e, logo, dos repasses dos royalties e da parte em óleo da União, o que pode ser danoso para as finanças brasileiras e o montante dos repasses à Educação”.

O PROIFES considera a revogação da Lei da Partilha um retrocesso nas conquistas do setor educacional nos últimos anos. Entre elas, a entidade destaca: a universalização da pré-escola, do ensino fundamental e do ensino médio; a adoção da educação integral para, pelo menos, um terço do ensino fundamental; a triplicação do número de

vagas no ensino profissionalizante; a duplicação do número de vagas no ensino superior; e, as metas de valorização do magistério, entre elas, a que prevê a equiparação salarial dos professores ao rendimento médio das demais carreiras. “A Petrobras é fundamental no desenvolvimento tecnológico do Brasil e sua parceria com as Universidades é muito importante para as duas partes. Todas estas campanhas de enfraquecimento da empresa são muito nocivas ao Brasil, e todos os que acreditam e defendem um desenvolvimento autônomo devem se manifestar, em defesa da empresa, e em defesa da obrigatoriedade de sua participação na operação do Pré-sal”, defende o PROIFES. ■

O que é o PL 4567?

Revoga a legislação que prevê a participação obrigatória da Petrobras em todos os consórcios de exploração dos campos do Pré-sal, com um mínimo de 30%.

Consequências para a educação

- Inviabiliza metas do PNE.
- Desvincula os repasses dos royalties do Fundo Social para a Educação e a Saúde.
- A Educação poderá perder recursos na ordem R\$ 360 bilhões nos próximos 17 anos.

Andamento*

- Para concluir a votação, os deputados ainda precisam analisar sete emendas com sugestões para alterar trechos da proposta, mas, para isso, ainda não há data de votação definida. O texto já tinha sido aprovado pelos senadores. Depois de concluída a votação na Câmara, deverá seguir para sanção presidencial.

*Edição finalizada em 31/10/2016

Agência Brasil



PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

Cenário aponta para sucateamento e privatização do ensino público

Existe uma possibilidade real de privatização do ensino público no Brasil. Quem faz o alerta é o coordenador do Fórum de Educação de São Paulo, professor Reginaldo Soeiro. Medidas como o congelamento dos gastos públicos e o corte no orçamento das universidades contribuem para projetar um cenário de precarização das instituições de ensino. Soeiro diz que esta é a receita para a privatização de qualquer serviço público. Receita que, segundo ele, está em consonância com as políticas do Governo Temer, e que já foi aplicada no Brasil no final do Governo Fernando Henrique Cardoso. Era início dos anos 2000 e a privatização de escolas técnicas e universidades só não se consumou porque “FHC não obteve apoio nem do congresso e nem da população”, recorda o professor.

O reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, concorda com avaliação de que a PEC 241 vai afetar, de forma dramática, a situação do ensino público brasileiro. “O contexto será de muita adversidade para os direitos sociais do País, e a educação pública, seguramente, estará em risco”, adverte.

Falando para o programa Conexão UFRJ, o reitor da universidade carioca projeta grandes dificuldades para “manter as universidades como instituições públicas”, o que, segundo ele, é o objetivo do governo.

Vale lembrar que, em julho deste ano, um editorial do jornal O Globo defendeu a privatização das universidades federais. “Por que não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social? Pagará quem puder, receberá bolsa quem não tiver condições para tal. Funciona assim, e bem, no ensino privado”, posicionou-se o editorial. Na ocasião, a Adufrgs-Sindical publicou uma nota de repúdio ao editorial. Nela, o Sindicato reitera “a necessidade de ampliar a democratização do acesso às universidades federais gratuitas e de qualidade como saída para o equilíbrio da desigualdade social e das contas públicas”. Em um vídeo que viralizou nas redes sociais, no início de outubro, o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) nem tentou disfarçar. “Quem pode, paga; quem não pode, não faz universidade”, disse o parlamentar, em conversa com estudantes.

Grupos privados estão de olho no ensino público

Na visão do professor Reginaldo Soeiro, os grandes grupos privados da área de educação estão “ávidos” para abocanhar a fatia de mercado ocupada pelo ensino público. O alvo não seria apenas o ensino superior, mas também a educação básica. “Se eles conseguirem esse tipo de privatização, ficarão aqui por, pelo menos, 50 anos”, afirma. Segundo Soeiro, que é professor do Instituto Federal de São Paulo - Campus Guarulhos, o ensino básico pode ser até mais lucrativo para as redes privadas, uma vez que os salários dos professores são mais baixos do que é pago aos docentes do ensino superior.

Recentemente, os dois maiores conglomerados da educação privada no País, Kroton e Estácio,

anunciaram a sua fusão. O resultado é uma empresa com valor de mercado de quase 25 bilhões de reais. Uma das 20 maiores empresas brasileiras na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), possui 1,6 milhão de estudantes e controla, aproximadamente, 25% do mercado brasileiro de ensino privado. Isso mostra como a privatização das escolas públicas é um mecanismo altamente rentável para o capital.

Privatização pode provocar endividamento da população pobre

Os exemplos de Chile e Alemanha mostram que a tendência mundial tem sido a de estatizar o ensino superior e não de privatizá-lo. No país sul-americano, o modelo de ensino totalmente controlado por grupos privados começou a ser revisto, após protestos de estudantes chilenos contra



www.marciobaraldi.com.br



Reitor da UFRJ, Roberto Leher (esquerda) e Reginaldo Soeiro (direita)

as altas mensalidades cobradas. Recentemente, a Alemanha foi pelo mesmo caminho: aboliu a cobrança de matrículas em suas faculdades. Falando para o portal Brasil de Fato, o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, afirmou que a privatização do ensino no Brasil vai provocar ainda mais endividamento da população pobre, com custos sociais que vão recair sobre o Estado de qualquer forma. Segundo ele, o modelo sacrifica a juventude, comprometendo seu futuro. “É o tipo de solução de quem não sabe fazer conta”, critica.

Projeto propõe cobrança de “mensalidade” em universidades públicas

Cobrar pelo ensino público pode virar realidade no Brasil nos próximos anos. Tramita no Senado Federal um projeto que prevê cobrança de anuidade em instituições públicas de ensino superior a estudantes cuja renda familiar mensal seja superior a 30 salários-mínimos, equivalente a R\$ 26,4 mil. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 782/2015, de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte e aguarda designação de relator desde março. Proposta semelhante já havia sido recusada em 2005 e considerada inconstitucional. O argumento central do projeto de lei é que o acesso às

instituições públicas de ensino superior, diferentemente da educação básica, tem sido realizado amplamente por estudantes dos segmentos mais ricos. Para o PROIFES-Federação, a lógica por trás desta proposta é que a educação é uma mercadoria e não um direito. A entidade é contrária à cobrança de mensalidades em instituições públicas em todos os cursos que conferem grau, do ensino infantil ao doutorado. ■





LEI DA MORDAÇA

Frente Gaúcha denuncia:

Escola Sem Partido incentiva delação anônima de professores

Lançada no mês de agosto, a Frente Gaúcha Escola sem Mordada defende o arquivamento dos projetos de lei da chamada Escola Sem Partido, que tramitam em âmbito municipal, estadual e federal. Sob o pretexto de que é necessário adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica dentro das escolas, os autores da proposta atacam princípios essenciais da democracia, como a liberdade de expressão e a pluralidade de ideias.

"A Frente Gaúcha reúne entidades, movimentos sociais e personalidades da sociedade civil, que tenham como princípio a democracia, a defesa da escola como um espaço de construção da consciência crítica e debate da situação que nós vivemos no Brasil e no mundo", disse o vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, Lúcio Vieira, no lançamento. E justificou: "O que transforma a escola em um espaço de mudança na sociedade é não se omitir diante da realidade."

A coordenadora da Frente Gaúcha Escola sem Mordança, Russel Teresinha Dutra da Rosa, explicou que os projetos do Movimento Escola sem Partido são inconstitucionais, pois ferem o artigo 5º e o artigo 206º da Constituição Federal, e toda a legislação que promove a equidade étnico-racial, os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental. "Todas as leis e diretrizes que buscam a formação para a cidadania são atacadas pela Escola sem Partido", afirma. Russel, que é professora da FAGED, diz que o objetivo da Frente é criar uma rede de solidariedade e de resistência, mas que também seja propositiva. "Esses projetos visam combater uma suposta doutrinação ideológica de esquerda. Eles foram protocolados de maneira orquestrada em nível federal, estadual e municipal, apresentando textos muito semelhantes, em que defendem uma educação neutra e, ao mesmo tempo, com pluralidade de ideias. Ou seja, é um texto contraditório, que não identifica, especificamente, a que está se referindo."

A Escola sem Partido também incentiva a delação anônima de professores por estudantes e familiares, e a coação por meio de notificações extrajudiciais, caso o docente infrinja o que é estabelecido no polêmico projeto. Há, inclusive, um modelo de notificação no site

do movimento. "Ameaçam os docentes com processos de perda do direito ao exercício profissional, perda patrimonial e prisão. Esses projetos pretendem impor uma única forma de pensar, impedindo a pluralidade de ideias própria da educação pública", alerta o manifesto, divulgado no ato de lançamento do Comitê. A professora Russel cita situações passíveis de punição, de acordo com os projetos: "Discutir as desigualdades econômicas produzidas pelo sistema capitalista, desigualdade de gêneros, desigualdade étnico-racial e violação dos direitos humanos, eles consideram doutrinação ideológica."

Fernando Penna, professor da UFF: "Escola sem Partido é fundamentado em ideologias conservadoras e fomentadoras do ódio"

No dia 12 de setembro, em palestra promovida pela Frente Gaúcha Escola sem Mordança, da qual a ADUFRGS-Sindical faz parte, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fernando Penna, falou sobre o movimento Escola sem Partido, que surgiu em 2004 e ganhou força recentemente, com a

A imagem mostra duas capturas de tela do site "ESCOLA SEM PARTIDO". A captura superior exibe a página "Modelo de Notificação Extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas". O site possui uma barra de navegação com links como "Apresentação", "Quem somos", "Objetivos", "Condições de Uso", "Privacidade", "FAQ" e "Fale Conosco". Um menu lateral à esquerda contém links como "HOME", "ARTIGOS", "CORPO DE DELITO", "DEFENDA SEU FILHO", "DEPOIMENTOS", "DOCTRINA DA DOCTRINAÇÃO", "DOCTRINAÇÃO PELO MUNDO", "EDUCAÇÃO MORAL", "O PAPEL DO GOVERNO", "LIVROS DIDÁTICOS" e "MÍDIA". O conteúdo principal descreve o modelo de notificação extrajudicial como uma forma de prevenir o abuso de liberdade de ensinar por parte do professor. A captura inferior mostra a página "Planeje sua Denúncia", que orienta o usuário sobre como denunciar um professor que esteja sendo vítima de doutrinação política e ideológica em sala de aula. Ambas as páginas incluem uma barra de busca no canto superior direito e uma barra de navegação idêntica à da página superior.

Modelos de denúncia estão no site do projeto Escola sem Partido

“CONTRA A LEI DA MORDAÇA” “PELA ESCOLA DEMOCRÁTICA”



Araldo Neto



polarização política e a mobilização pelo impeachment de Dilma Rousseff. O palestrante mostrou a evolução deste movimento, “fundamentado em ideologias conservadoras e fomentadoras do ódio, como no fascismo”. Com exemplos de “memes”, que estão sendo difundidos nas redes sociais, Penna mostrou como os defensores dos projetos agem para desqualificar os professores, colocando-os como vilões, que assediam ideologicamente os alunos. Penna se refere ao nome escolhido (Escola sem Partido) como artifí-

cio para criar “uma ideia de falsa neutralidade”, que, com a desculpa de proibir a “partidarização dentro das escolas”, está, na verdade, atacando à liberdade de expressão.

Segundo Fernando Penna, os projetos também consideram que a educação é uma mercadoria. O advogado Miguel Nagib, que coordena o movimento, já disse que o programa Escola sem Partido foi criado com base no Código de Defesa do Consumidor. “No caso das escolas privadas, quem paga a conta teria o direito de ditar as normas e, na rede pública, caberia ao Estado garantir essa dissociação de ideias na hora de transmitir o conhecimento. Tarefa impossível em disciplinas, como história, sociologia, filosofia, entre outras”, afirma o professor da UFF.

Embora os projetos de lei ainda estejam tramitando, Penna informou que já há vários casos de professores que estão sofrendo ameaças e alguns sendo processados. Ele chamou a atenção para o mais nefasto dos projetos, que prevê a criminalização do chamado “assédio ideológico”. “Temos que levar esse debate para a sociedade e desconstruir o discurso da Escola sem Partido”, enfatizou. Penna destacou, ainda, que é fundamental fortalecer os sindicatos de professores, “para que possam acolher docentes vítimas de qualquer tipo de retaliação ligada aos fundamentos do movimento Escola sem Partido”.

Ato na Redenção reúne centenas de professores

Centenas de pessoas ligadas a escolas, sindicatos, entidades de classe e movimentos sociais participaram, no dia 9 de outubro, de ato contra o movimento Escola sem Partido, no Brique da Redenção. Os manifestantes realizaram uma caminhada ao som de bumbos. Muitos professores marcharam com mordanças pretas, simbolizando o fim da liberdade de expressão. A ação foi organizada pela Frente Gaúcha Escola sem Mordança e contou com a participação da ADUFRGS-Sindical.



Projetos de lei em tramitação

Senado Federal: Projeto de Lei nº 193/2016, do senador Magno Malta (PR/ES).

Assembleia Legislativa RS: Projeto de Lei nº 190/2015, do deputado estadual Marcel Van Hatten (PP).

Câmara de Vereadores de Porto Alegre: Projeto de lei nº 124/2016, do vereador Valter Nagelstein (PMDB).





DEPOIMENTOS



"O projeto tira a autonomia do professor e tira as discussões entre pensamentos diferentes na escola. Essa Frente é de extrema importância para o aluno, o professor, para a gestão escolar e para o futuro do nosso processo escolar no Brasil".

Guilherme Franco, estudante do IFRS Porto Alegre



"Não temos como viver novamente o que já tivemos em período de ditadura. Temos que ser contra essa ditadura que querem colocar dentro da sala de aula, seja no ensino fundamental, médio ou superior".

Luciana Nunes, professora da UFRGS

"O projeto utiliza da baixa credibilidade que os partidos políticos estão na atualidade para propor uma escola sem partido. Mas o que é ter partido? Ter partido não é ter partido político. Ter partido é ter opinião. Ter partido é ter crítica. Ter partido é saber olhar a realidade sob seus mais variados aspectos e complexidade, e poder tomar parte nela. Enfim, esse projeto quer nos calar e nós não vamos calar. Nós precisamos agir contra o projeto Escola sem Partido".

Clávio Terceiro, professor IFRS Campus Porto Alegre



"No intuito de fortalecer uma escola plural, crítica, questionadora e formadora de um ser humano cidadão autônomo e construtor da sociedade, temos que enfrentar qualquer perspectiva que tente calar, cercear ou tolher o pensamento crítico dentro das escolas".

Fabio Marçal, diretor IFRS Campus Alvorada



"Estamos na luta contra essa barbaridade e esse absurdo que querem no País, no Rio Grande do Sul e também em Porto Alegre, através de leis que acabam com a liberdade de cátedra e a liberdade em sala de aula. Não existe, no nosso entender, educação sem liberdade. Alunos, professores e a comunidade precisam estar unidos contra isso, que é um retrocesso na educação brasileira".

Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS



ORÇAMENTO EM QUEDA

Incertezas no horizonte dos Institutos Federais

Caso o Ministério da Educação (MEC) não reavalie o orçamento a ser repassado aos Institutos Federais em 2017, alguns campi poderão ter suas atividades interrompidas. Quem faz o alerta é o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Marcelo Bender Machado. Desde 2010, o Conif apresenta ao MEC a proposta de matriz orçamentária, que indica as necessidades das instituições da rede federal, calculadas a partir do quantitativo de alunos de cada unidade. Para 2017, assim como ocorreu no ano passado, a proposta não foi aceita, integralmente, pelo Governo. "A contraproposta do Ministério ficou muito aquém das necessidades, isso sem falar nos recursos para a complementação de infraestruturas inacabadas", avalia Marcelo, em reportagem ao *Correio Braziliense*, publicada em 25 de setembro. O dirigente do Conif revela que está em tratativas com o MEC para que, no mínimo, seja mantido o valor da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016, acrescido do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Caso isso não ocorra, Marcelo teme que alguns campi pelo Brasil deixem de funcionar até o fim de 2017. De acordo com o Conselho, dos R\$ 3,7 bilhões necessários à manutenção dos institutos, o governo fez uma contrapartida de R\$ 2,1 bilhões,

menos do que os R\$ 2,5 bilhões investidos em 2016. Neste mês de novembro, durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2017), no Congresso, o Conif pretende realizar uma marcha até Brasília, com a presença dos diretores gerais, pró-reitores e reitores de toda a rede federal.

Carta de Vitória e mobilização nos Institutos Federais

Realizada no final de setembro, a 40ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec) teve o seu encerramento marcado pelo posicionamento de reitores, pró-reitores e diretores-gerais acerca do atual contexto da educação brasileira. Os gestores lançaram a Carta de Vitória, em alusão à capital capixaba que sediou o encontro. O documento ressaltou a preocupação com o cenário educacional brasileiro, em especial a educação pública e gratuita. A carta cita a PEC 241, a Reforma do Ensino Médio, o PL 257, o Quadro Orçamentário e Financeiro de 2016 e a Lei Orçamentária Anual (LOA/2017) como ameaças aos fundamentos da Rede dos Institutos Federais. "A Rede precisa ser vista como política de Estado, transcendendo a quaisquer governos. A sociedade brasileira precisa se colocar contra essas medidas que representam um retrocesso ao desenvolvimento humano sustentável no nosso País", diz o documento.



Daiani Cerezer

No final de setembro e início de outubro, diversos atos aconteceram no IFRS e IFSUL, em defesa da educação pública. A comunidade acadêmica discutiu as medidas que o Governo Federal vem adotando e que estão criando um clima de insegurança institucional. Em uma das mobilizações, estudantes e professores do IFRS vestiram verde, cor-símbolo da entidade, para defender o Instituto. A professora Elizandra Martinazzi, do IFRS Campus Restinga, disse que o cenário de incertezas é preocupante, e que as manifestações são para impedir que os institutos tenham o mesmo destino de muitas escolas estaduais, "que foram sucateadas com falta de verba até para o lan-

Daiani Cerezer



O quadro da dor

R\$ **3,7**
BILHÕES

são os recursos necessários para a manutenção dos institutos em 2017, segundo o Conif.

O governo ofereceu apenas

R\$ **2,1**
BILHÕES

Menos do que os R\$ 2,5 bilhões que os Institutos receberam em 2016.

che dos alunos". Já o professor Newton Carneiro, do IFSUL Sapucaia do Sul, disse que é difícil "entender o contingenciamento das verbas dos institutos federais, diante do papel fundamental que desempenham no desenvolvimento da Educação brasileira. O quadro é muito grave!", advertiu.

INEP “esquece” notas do ENEM dos Institutos Federais

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou dados do Enem 2015 por escola, sem a presença de 90% dos institutos e centros federais. Das 275 unidades que haviam sido incluídas na divulgação do ano passado (referente ao Enem 2014), apenas 12 constaram da lista deste ano. Outras quatro, que não apareciam na lista anterior, foram incluídas. Em nota, o Inep justificou que houve “um equívoco na interpretação da legislação, por parte da equipe técnica que fez os cálculos”.

Em resposta, o IFRS divulgou uma nota de repúdio, dizendo-se frustrado com o tratamento dado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. “Desde a sua criação, em dezembro de 2008, os Institutos Federais estiveram entre os

melhores colocados no referido exame.” No resultado do ENEM 2014 por Escola, das 100 escolas públicas melhores colocadas, 77 eram federais, sendo que muitas eram campi dos IFs. O campus Vitória do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), por exemplo, obteve o 1º lugar entre todas as escolas públicas do País nas provas objetivas. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, ofertado pelos Institutos Federais, é, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma forma de Ensino Médio e deve constar da lista do Enem.

Ocupações de escolas no Brasil (até o fim de outubro)

1197 Escolas



Fonte: UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas)



Manifestações nos Institutos Federais

Nos meses de setembro e outubro, diversos atos em defesa da educação pública aconteceram nos campi do IFRS e IFSUL. Professores, técnico-administrativos e estudantes dos Institutos Federais realizaram manifestações contra a PEC 241, a nova reforma da Previdência, a MP 746 (reforma do ensino médio) e a Escola sem Partido. Com cartazes e palavras de ordem, os manifestantes realizaram atividades nas instituições e caminhadas nas cercanias das unidade de ensino.

Os protestos ocorreram no IFRS Campus Porto

Alegre, Restinga, Osório, Canoas, Alvorada, Bento Gonçalves, Farroupilha e Feliz. Em Bento Gonçalves, a comunidade acadêmica realizou um abraço no prédio do IFRS, reivindicando educação pública, gratuita e de qualidade. Nas unidades do IFSUL, foram registrados protestos em Charqueadas e Sapucaia do Sul. Na página do Facebook do Comitê de Articulação em Defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade ([facebook.com/cadep.ifrs](https://www.facebook.com/cadep.ifrs)) é possível encontrar informações atualizadas sobre as manifestações nos IFs.

Autoavaliação e acreditação são temas de simpósio

Por Daiani Cerezer

O 2º Simpósio Avaliação da Educação Superior-Avalies, promovido pela UFRGS, de 31 de agosto a 2 de setembro, teve a participação de reitores, administradores e pesquisadores, com a finalidade de analisar e comparar os processos avaliativos. Com uma programação focada na avaliação interna, esta edição buscou estimular a geração de conhecimento e provocar a interação entre pesquisadores da área.

O coordenador do evento, Daltro José Nunes, destacou a importância do Simpósio, por seu ineditismo. “Ele é, praticamente, o único evento do País que trata deste tema do ponto de vista acadêmico, científico”, justificou. Lembrou, também, que o sistema existe, no Brasil, há, no máximo, 30 anos, e que, por isso, “ele ainda é um pouco desconhecido”.

Questionado sobre a diferença mais notável entre as experiências internacionais e a brasileira, Daltro José Nunes apontou a questão da autonomia. “Enquanto, no Brasil, há um sistema de avaliação centralizado no governo federal, em outros países temos a acreditação. A diferença entre um sistema centralizado no governo e outro centralizado na sociedade civil é que tem levado a reflexões sobre se o caminho que estamos adotando é realmente o caminho certo”, pondera o coordenador.

O sistema centralizado, principalmente quando é centralizado no governo, leva a um engessamento, que compromete a autonomia universitária, na opinião do

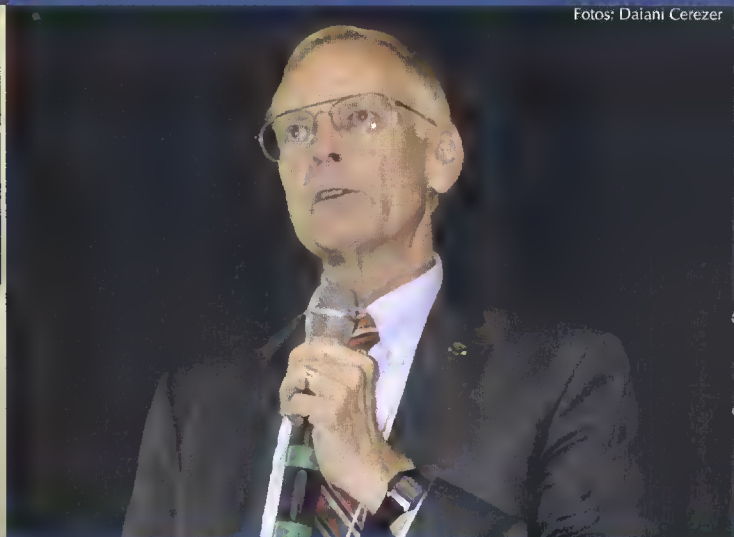
coordenador. “Isso não ocorreria em um sistema organizado pela própria academia. Mas, no Brasil, já existe um sistema padronizado. A avaliação da graduação se faz assim, a avaliação da pós-graduação se faz assim. Não sei se isso é correto”, pondera.

Os simpósios contribuem no sentido de aprofundar o debate sobre o que e como avaliar. Segundo Daltro, “a avaliação é muito maior e mais complexa do que se imagina. Cada universidade trabalha de maneira fechada e acha que está produzindo um grande trabalho, mas, quando chegamos aqui, descobrimos que o mundo é gigantesco”. Para ele, a disseminação da informação e o diálogo entre as instituições contribui para que o processo de avaliação se acelere em cada uma delas. “Ao invés de reinventar a roda, vamos aproveitar as experiências que já existem.”

Das experiências internacionais relatadas no



Araldo Neto



Professora Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues (esquerda) e o conferencista, professor Lawrence Jones (direita)

simpósio, Daltro destaca o modelo aplicado na Carnegie Mellon University (CMU), dos Estados Unidos. Segundo o conferencista, professor Lawrence Jones, a implantação de novos programas, que sejam resultado dos processos avaliativos e que busquem melhorias na qualidade do ensino, pode enfrentar resistências. “As coisas nem sempre acontecem facilmente, e eu identifiquei questões específicas, que podem acontecer com a resistência de mudar, e coisas que podemos fazer a respeito disso, para lidar com a resistência.”

Cultura da avaliação

Maria Inês Fini, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), lembrou que quando a cultura de avaliação do ensino superior em larga escala foi trazida para o Brasil, há 20 anos, houve muita resistência. “O primeiro provão, que é o antecessor do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), causou um impacto muito forte na sociedade. Desde então, vimos aprimorando cursos e a formação de avaliadores, e este evento mostra o impacto desta cultura em todo o território nacional e até internacional.”

Entre os desafios, a presidente do INEP citou a regulação do ensino à distância na Educação Superior, a qualidade dos cursos de graduação e expansão da pós-graduação. “São desafios muito significativos, inquietantes para o Ministério da Educação, que está se preparando para respondê-los”, prometeu.

Também palestrando no evento, o vice-reitor da

Universidade de São Paulo (USP), professor Vahan Agopyan, referiu-se às peculiaridades de cada instituição, “que devem ser respeitadas”. Porém, ele acredita que o compartilhamento dessas experiências permite que elas possam ser consideradas e adequadas a cada instituição. Conforme Agopyan, “as discussões que tivemos aqui, vão enriquecer o planejamento para a nossa próxima etapa de avaliação da USP, que é feita de cinco em cinco anos”.

A professora doutora Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues, vice-secretária de avaliação institucional da UFRGS, constatou que os participantes estão mais curiosos, com expectativas, querendo conhecer o sistema de avaliação da UFRGS, especialmente porque a Universidade está sediando o evento e porque ainda há fragilidades no sistema de avaliação de outras instituições. Entre outras questões, Cláudia destacou a importância da participação dos egressos na avaliação institucional, para que a universidade saiba se o que está sendo ensinado é o que, efetivamente, as empresas querem e buscam. Por isso, informou, a secretaria está implementando mais este instrumento de avaliação.

O evento foi dirigido a professores e pesquisadores da área de Avaliação da Educação Superior, bem como a gestores de Instituições de Educação Superior e de Agências de avaliação da Educação Superior. A área interdisciplinar de Avaliação envolveu conhecimentos das áreas de Educação, Engenharia de Produção, Psicologia, Computação, Estatística, Administração, entre outras. ■



FOCO NA AUTOAVALIAÇÃO

Ao contrário da primeira edição, que teve uma abrangência mais geral, este ano, o Avalies foi focado na autoavaliação, eixo desdobrado em vários quesitos, como explica o professor Daltro José Nunes, coordenador do Simpósio.

Daiani Cerezer

■ Avaliação por competências

O que é: verifica se os egressos realmente possuem as competências esperadas, considerando que os cursos formam profissionais capazes de realizar tarefas específicas.

■ Avaliação de egressos:

O que é: busca saber como os ex-alunos, no exercício da sua profissão, avaliam o curso que frequentaram. A universidade quer saber quais alunos se destacam profissionalmente, seus salários, prêmios, críticas a sua formação etc.

■ Modelos de avaliação:

O que é: como o processo de avaliação é uma rede de atividades, os modelos de avaliação mostram por que, o que e como a universidade avalia.

■ Métricas de avaliação:

O que é: reflexão sobre como se chega a um valor, quais são os pesos, como tomar vários indicadores de qualidade e compô-los de tal forma que se chegue a uma conclusão.

■ Normas técnicas de avaliação:

O que é: produzidas por agências reguladoras, buscam normatizar a avaliação de tal forma que todas as instituições a sigam. Assim, é possível fazer comparações. Nas áreas de engenharia, as normas técnicas são comuns, contribuindo para uma padronização.

■ Gerenciamento da avaliação:

O que é: a forma como esse processo de avaliação deve ser administrado, ou seja, quais os recursos necessários, estudos de viabilidade técnico/econômica, cronograma das atividades, entre outros.

■ Cultura da avaliação/qualidade:

O que é: costume natural dos indivíduos em associar a avaliação a qualquer atividade, questionando se fez bem aquilo que se propôs a fazer. A cultura significa que avaliação está no sangue e não é uma obrigação.

■ Ranqueamento da qualidade com base em avaliação:

O que é: fornece uma ordem de qualidade a professores, departamentos, unidades e universidades. Para ranquear, é preciso definir critérios, dados etc., para se chegar a uma lista ordenada de qualidade de processos (entendendo uma universidade como um processo, por exemplo).

■ Processos de avaliação:

O que é: rede de atividades, que busca responder como representar o processo de avaliação, otimizá-lo e como garantir que ele produza resultados confiáveis.

■ Métodos e técnicas de construção e de validação de instrumentos de avaliação:

O que é: busca responder se um instrumento de avaliação (questionário) tem qualidade, se está completo, se as perguntas são mutuamente exclusivas, pontuais, claras e discriminadoras, enfim, se o questionário atinge os objetivos a que se propõe.

■ Interface da avaliação com a gestão:

O que é: resultados/análise/diagnósticos da avaliação são repassados aos gestores para que eles realizem ações visando melhores qualidades.

■ Estudos de casos de avaliação:

O que é: descrição de como uma universidade realiza sua avaliação.

■ Ferramentas de suporte à avaliação:

O que é: busca responder se a avaliação é manual ou automatizada, além de questionar as ferramentas disponíveis para apoiá-la.

■ Métodos de avaliação quantitativa /qualitativa:

O que é: forma de avaliar quantitativamente/qualitativamente uma instituição. Se os professores respondem um questionário, eles dão notas para indicadores de qualidade, mas também podem fazer comentários. Do primeiro, sai uma avaliação quantitativa e, do segundo, uma avaliação qualitativa. A avaliação qualitativa é mais difícil.

■ Meta avaliação:

O que é: avaliação da avaliação que busca saber a qualidade da avaliação realizada.

■ Educação em avaliação:

O que é: questiona sobre a existência de cursos que formam avaliadores em nível de graduação/pós-graduação/especialização e qual o currículo desses cursos.

■ Ética e valores em avaliação:

O que é: debate sobre quais os efeitos nocivos da avaliação.



Cristina Soldera, Cláudia Bica, Eliane Rabin, Pedro D'Azevedo, Luciana Boose, Aline Lins Camargo, Arlete Hilbig e Maria Beatriz Kohek

CPPD/UFCSPA mostra avanços ao fim da atual gestão

Por Araldo Neto

Os novos membros da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da UFCSPA serão escolhidos no dia 13 de dezembro, com a missão de dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos três anos. "Esperamos que os colegas se organizem e encontrem suas representações, para dar continuidade ao que foi feito até aqui", deseja a presidente da CPPD, Luciana Boose Pinheiro.

A CPPD é responsável por assuntos relativos à

carreira docente dos professores, como alteração de regime de trabalho, avaliação de desempenho para ascensão e incentivo funcional e avaliação de estágio probatório. Além disso, desenvolve estudos sobre fixação e aperfeiçoamento da política do pessoal docente. Segundo Luciana, na atual gestão, a Universidade ganhou uma nova normatização da carreira em todos os níveis, com trâmites determinados em fluxogramas, que garantiram agilidade no andamento de cada processo.

A aplicação de formulários e a padronização de despachos também contribuíram para acelerar a apreciação dos processos. “Sem esse trâmite delineado e a exigência de muita documentação, tudo era mais demorado. Com a nova norma, conseguimos eliminar um pouco esses obstáculos”, relata. De acordo com a professora, um problema que ainda persiste é a obrigatoriedade da carga horária docente ser validada pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade, o que tem “onerado alguns processos que os docentes não conseguem comprovar”.

Outro marco desta gestão, que termina em dezembro, é o crescimento do número de docentes em regime de Dedicação Exclusiva (DE). Em 2013, apenas 26% dos professores da UFCSPA eram DE. Em dois anos, esse percentual saltou para 41%. Ainda assim, é um número baixo se comparado com outras universidades, que chegam a ter 90% dos professores nesta condição. “Quando assumimos, tínhamos uma comissão esvaziada, com entraves burocráticos e norma interna obsoleta”, afirma Luciana. Apesar dos avanços, reconhece, muito ainda precisa ser feito para melhorar o trabalho da comissão. Como exemplo, ela cita a informatização das atividades docentes na UFCSPA, para melhoria do atendimento às solicitações dos docentes com relação a suas

carreiras. “Ainda não conseguimos nos livrar do papel e ainda estamos longe de informatizar esse processo”, admite.

Além da presidente Luciana Boose Pinheiro, a atual gestão da CPPD/UFCSPA é composta pelos professores Pedro D Azevedo, Arlete Hilbig, Cristina Loureiro Chaves Soldera, Eliane Goldberg Rabin, Lisiane de Rosa Barbosa, Maria Beatriz Kohek, Mônica Oliveira e Sheila Bünecker Lecke. As duas últimas foram indicadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) em 2015. Antes disso, as duas vagas eram ocupadas pelas professoras Cláudia Bica e Aline Camargo. ■

UFCSPA escolhe novo reitor em novembro

No próximo dia 17 de novembro, acontece a eleição para escolher o novo reitor da UFCSPA. Seguindo as proporcionalidades recomendadas por lei, o voto de alunos e técnicos representará 30% do total de votos válidos e o de docentes, 70%. O resultado da votação será avaliado pelo Conselho Universitário. Duas chapas concorrem à Reitoria para o período 2017-2021, integradas pelos professores Luís Henrique Telles da Rosa e Newton Aerts e Lucia Campos Pellanda e Jenifer Saffi.

Araldo Neto





IFRS Campus Feliz tenta driblar cortes para seguir crescendo

Por Araldo Neto

A política de expansão do ensino público federal, iniciada em 2003, fez o número de escolas técnicas no Brasil saltar de 140 para 644 em um período de 13 anos. Com o investimento na educação, regiões que até então não tinham acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade passaram a ter. Foi o caso do IFRS Campus Feliz, que iniciou suas atividades em 2009. Desde então, a instituição atende toda a região do Vale do Rio Caí, que conta com 20 municípios e cerca de 190 mil pessoas.

Nestes sete anos de atuação, o Campus vem crescendo gradativamente, com readequação da oferta de cursos, a ampliação da estrutura física e a abertura de mais vagas. No entanto, essa evolução natural de uma instituição de ensino ainda jovem tem sido prejudicada pelo contingenciamento de recursos repassados pelo Governo Federal. Nos últimos três anos, o orçamento destinado ao Campus Feliz caiu quase que pela metade. Em 2014, o valor repassado à Instituição era de R\$ 3,2 milhões. Em 2015 e 2016, caiu para R\$ 2,4 milhões. O que já era ruim vai piorar ainda mais. Para o próximo ano, o orçamento previsto é de R\$ 1,7 milhão, uma queda de 46% em três anos. O diretor do IFRS Campus Feliz, Giovanni Aiub, afirma que, com o corte, só será possível fazer a manutenção da instituição, alijando qualquer possibilidade de novos investimentos para o ano que vem. “É frustrante porque sabemos que poderia ser feito mais, mas com o recurso que chega a gente acaba só mantendo aquilo que já construímos”, lamenta.

Araldo Neto



Giovanni Aiub

Com o orçamento apertado, o desafio para o próximo ano passa a ser integralizar os cursos que ainda restam no Campus e tentar manter o nível de qualidade de ensino, medida que já vai ser complicada, pois a instituição ainda necessita mais livros para a biblioteca e equipamentos na área de química, por exemplo. O diretor afirma que existem contratos de locação de impressoras, limpeza de salas e segurança, que não podem ser cortados. “Esses contratos aumentam anualmente e não conseguimos diminuir os custos. Nós não temos condições de enxugar mais. A não ser que deixamos de contratar a empresa de vigilância”, afirma. Outro problema com relação ao contingenciamento será a redução do número de bolsas de pesquisa. Enquanto o número de alunos irá aumentar para 2017, haverá uma retração no número de bolsas. “Teremos menos beneficiados”, alerta. Atuando no Campus desde 2010, o professor André Zimmer demonstra receio quanto à continuidade das melhorias em infraestrutura na instituição. Novos laboratórios estão previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto, o corte de orçamento provoca incerteza no docente. “Não temos perspectiva se os laboratórios vão ser implementados. Não sabemos ainda como será o futuro”, afirma. Outro problema que atinge a instituição é a paralisação da construção de um novo bloco de salas de aula. A empresa ganhadora da licitação não deu conta de construir o que foi acordado no contrato, obrigando a diretoria a recindir o contrato e penalizar a empresa. Giovanni

André Zimmer



Araldo Neto

Aiub afirma que o instituto aguarda recursos extraordinários para que a obra possa ser retomada. “Depende basicamente do Governo Federal para que os recursos venham”, informa.

Mesmo com o fantasma do contingenciamento que assombra o ensino público brasileiro, o IFRS Campus Feliz registra crescimento do número de alunos a cada ano. Nos últimos três anos, a instituição passou de 170 para 600 alunos matriculados. Atualmente, dez cursos são ofertados no Campus, desde cursos técnicos de ensino médio até mestrado. O diretor afirma que o objetivo é verticalizar as áreas de conhecimento no campo do ensino. Na área de química, por exemplo, o instituto conta com curso técnico integrado e licenciatura, além do curso superior de Engenharia Química. Na área de informática, há um curso técnico integrado e um superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. O IFRS Campus Feliz ainda conta com curso em Tecnologia em Processos Gerenciais, na área de gestão e negócios, Licenciatura em Letras (curso pioneiro na área de humanas dentro do IFRS), Especialização em Gestão Escolar, Técnico em Meio Ambiente e um Mestrado multicampi em Tecnologia e Engenharia de Materiais. Giovani Aiub revela que serão abertas

Araldo Neto



Janete Liberatori

mais 13 vagas para docentes em concurso e a nomeação deve acontecer até o final de 2017. Os novos professores irão atender os cursos de licenciatura e engenharia, que ainda não funcionam a pleno na instituição. Hoje, o Campus conta com 46 professores.

“A instituição está cada vez mais sendo reconhecida na região”

Única opção de ensino público no Vale do Caí, o IFRS Campus Feliz trouxe a possibilidade das pessoas estudarem na região em que moram. “Antes nós tínhamos nossos jovens se deslocando para

Obra inacabada do IFRS Campus Feliz



Araldo Neto

instituições do Vale do Sinos, Serra e Porto Alegre”, afirma o diretor. Além dos jovens que saem do ensino médio, o Campus também atrai um público mais experiente, que “nunca teve condições de frequentar um ensino superior em uma instituição pública e gratuita”. Aiub afirma que a instituição está cada vez mais sendo reconhecida na região. “Não podemos deixar o Campus ser esquecido, a mercê de um fechamento. Nós temos uma procura muito grande e temos uma demanda reprimida. Muitas das pessoas que aqui estudam não tiveram a possibilidade de estudar”, resume. Transferida de IFSP Campus Sertãozinho, interior paulista, para o IFRS Campus Feliz, a professora Janete Liberatori afirma que o público atendido na cidade gaúcha é exatamente o público-alvo definido desde a criação dos institutos federais no Brasil. “Você sabe que o aluno está estudando porque tem o IFRS. Caso contrário, não estaria estudando, pois não tem condição de ir para outro lugar”, constata. Moradora da Feliz, a estudante do curso técnico em Química, Anna

Araldo Neto



Anna Martha Freiburger

Martha Freiburger, 16 anos, é uma das pessoas beneficiada pela presença do IFRS na cidade. A jovem exalta a qualidade do ensino que o instituto oferece e o fato de ser gratuito. “A única coisa que eu pago para vir aqui é a Van”, comenta. Se não tivesse a opção do IFRS em Feliz, Anna afirma que teria que procurar ensino em outro lugar, pois “há poucas possibilidades na cidade”. ■

Araldo Neto

Diretoria da ADUFRGS visita IFRS Campus Feliz

A Diretoria da ADUFRGS-Sindical reuniu-se, no último dia 12 de setembro, com professores do IFRS Campus Feliz. No encontro foi debatido temas como carreira, aposentadoria, previdência e as ameaças aos direitos dos servidores e à Educação Pública. A visita faz parte de uma campanha da ADUFRGS-Sindical que tem como meta levar informações aos docentes que estão lotados nos municípios que passaram a fazer parte da base territorial de atuação do Sindicato.



Maria Lucia Cattani é homenageada na exposição Gestos e Repetições

Por Daiani Cerezer



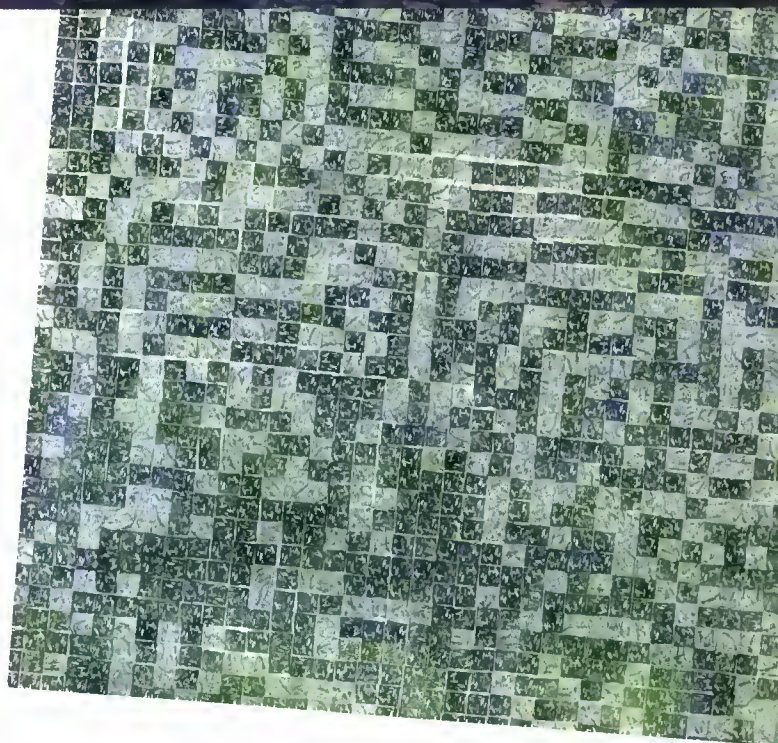
Fotos: arquivo pessoal

A professora e artista plástica Maria Lucia Cattani, que morreu, prematuramente, em fevereiro do ano passado, aos 56 anos, foi homenageada pelo Instituto de Artes da UFRGS, com a exposição Gestos e Repetições, da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo. O evento levou ao público uma retrospectiva de sua obra, um percurso dos anos 80 até seus últimos trabalhos.

Com curadoria conjunta dos professores Maristela Salvatori e Paulo Silveira, a exposição teve o intuito de preservar a memória e homenagear Maria Lucia Cattani (1958 - 2015), que atuou, por 28 anos, como pesquisadora e docente no Instituto de Artes da UFRGS.

Para a curadora, Maria Lucia foi como uma irmã. Elas se conheceram no início dos anos 80, ainda estudantes de artes, mas só frequentaram a mesma classe nos cursos do professor Paulo Peres, no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre. A afinidade logo as uniu e montaram um atelier juntas (partilhado com Maria Ivone dos Santos, hoje também professora na UFRGS). Esta parceria no trabalho artístico e na vida persistiu ao longo dos anos, com eventuais distanciamentos, até que se reencontraram como colegas docentes na UFRGS. Segundo Maristela, foi um convívio muito estreito, com muito trabalho e alegrias compartilhadas.

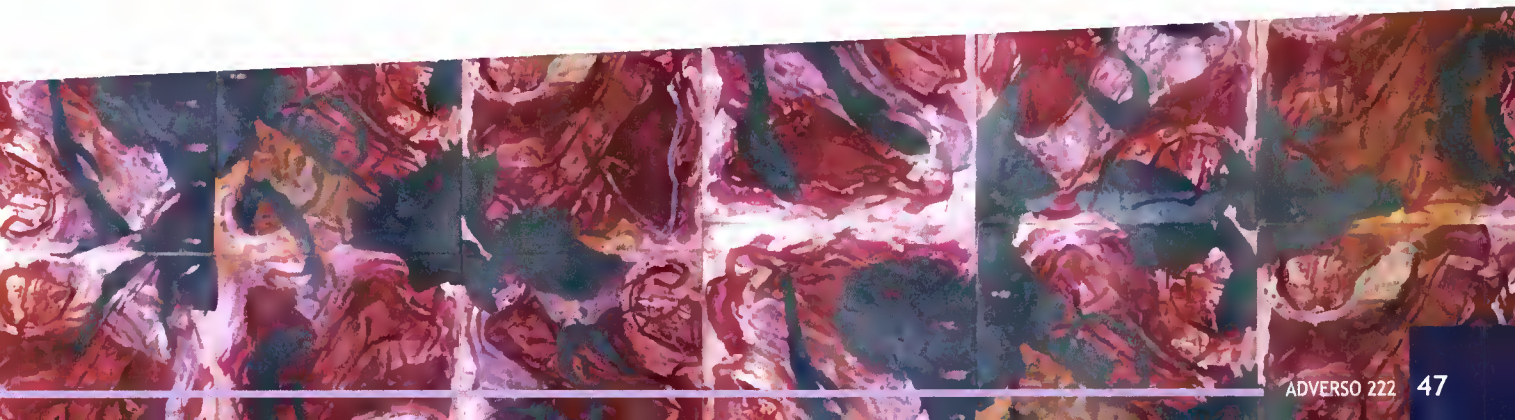
Quando decidiu se aposentar, para se dedicar integralmente à produção artística, Maria Lucia foi diagnosticada com um câncer no cérebro. Viu-se restringida do convívio social e sua partida deixou um grande vazio. Chegou a concluir um belíssimo mural na sala de sua residência, que lhe exigiu muita energia e esforço. Em função da doença, ficou parcialmente imobilizada, o que a obrigou a realizar



todo o trabalho com a mão esquerda, em cadeira de rodas, que, por vezes, era colocada sobre uma mesa. A reprodução fragmentada, em tamanho real, deste painel será publicada em um livro organizado por Nick Rands, viúvo de Maria Lucia.

Em sua longa trajetória, Maria Lucia recebeu importantes prêmios, realizou grande número de exposições dentro e fora do Brasil, e fez pós-graduação nos Estados Unidos e na Inglaterra, o que estreitou laços e parcerias internacionais, que influenciaram a sua prática docente de quase 30 anos. Também coordenou a Galeria da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, trabalho pelo qual tinha o maior carinho e grande dedicação.

O professor de Artes Visuais e de História das Artes da UFRGS, Paulo Silveira, lembra que, em anos mais recentes, “Maria Lucia estava interessada em aumentar a versatilidade da sua produção, experimentando novas soluções expressivas, talvez



pensando em caminhos complementares ou em um público maior”.

Entre outras manifestações, ela dirigiu boa parte de sua atenção para a publicação de livros de artista, que tinha sido tema das investigações de Silveira no mestrado e, depois, no doutorado. “Tentamos criar, no Instituto de Artes (IA) da UFRGS, o que poderia ter sido a primeira coleção organizada de livros de artista, a ser mantida na Biblioteca ou na Pinacoteca do IA”, conta o professor. Ao mesmo tempo, lamenta que este sonho não tenha sido realizado, “pela ausência de espaço físico complementar, o que é fato comprovável ainda hoje, além da falta de coragem e ousadia da Instituição, que foi a triste percepção que nós doistivemos”.

Na avaliação do ex-aluno de Maria Lucia e professor do Instituto de Artes da UFRGS, Eduardo Ferreira Veras, o trabalho da artista “conjugava, de modo muito equilibrado, certo engenho matemático e meticuloso, de herança conceitual, e uma delicadeza comovente”. Para ele, “as transparências, sobreposições, nuances, gestos curtos e composições largas, tudo se articulava como em um quebra-cabeça sedutor”, da mesma forma que “a atenção às

questões de natureza formal e a procura da beleza, combinavam-se ao espírito curioso e indagador, que buscava testar os limites e as possibilidades conceituais dos meios, seja na gravura, no vídeo ou na pintura”.

“Era bom estar ao lado dela”

A relação de Maria Lucia Cattani com a professora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais e do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS, Claudia Zanatta, começou durante o curso de graduação em Artes Visuais, quando foi sua aluna na disciplina de gravura em metal. “Lembro-me dela ensinando, muito meticulosa. Sempre havia muita concentração e movimento nas aulas. Depois, em 2002, a professora Maria Lucia foi minha orientadora de mestrado. O tema era intervenção urbana e, para nós duas, foi um desafio, porque ela estava começando a trabalhar na pós-graduação. Eu era a sua primeira orientanda e trazia um trabalho vinculado a algumas noções de biologia, minha formação inicial na UFRGS.”

Claudia conta que as duas estavam aprendendo a trabalhar com pesquisa e, a partir daí, ficaram amigas. A professora Maria Lucia fazia as orientações



“Apaixonada pelo que fazia, como artista, era obstinada e dedicava-se sistematicamente ao trabalho de atelier. Como professora era igualmente exigente, não esperava soluções, fomentava a prática poética e o questionamento como motor do processo artístico. Sabia ser leve e generosa no trato com o outro, tinha um sorriso franco e o coração aberto. Estimulava o crescimento e entusiasmava-se com as conquistas dos alunos. Deixou profundas marcas nas pessoas que com ela conviveram.”

Maristela Salvatori, professora do Instituto de Artes da UFRGS e coordenadora da Galeria da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo



"Era cuidadosa, tinha um trabalho limpo, perfeccionista. No dia a dia de sala de aula, como todos nós, sofria com as precariedades da Universidade, mas, mais que todos, não se deixava abater, sorria e contornava os obstáculos. Esta era a sua marca pessoal e inesquecível: o brilho nos olhos, o sorriso para os colegas e alunos, o carinho nas relações. Foi uma das mais sensíveis artistas professoras da história da UFRGS."

Paulo Silveira, professor de Artes Visuais e de História da Artes da UFRGS

em casa, ambiente que favorecia a aproximação. “Nunca houve uma situação de hierarquia. Ela era uma pessoa aberta, alegre, cheia de vida, da qual era bom estar perto. A casa era muito agradável, com um lindo atelier e um pequeno jardim. Não havia muita pressa, e tinha sempre um café.”

Claudia lembra como “era bom ir lá”, porque se podia apreciar tanto o trabalho de atelier da Maria Lucia como o do esposo dela, Nick Rands, que também é artista. “Ver os dois trabalhando, com muitas diferenças, mas também com muitos pontos de contato, é uma imagem feliz, que ainda trago presente.”

Trânsito entre linguagens

Maria Lucia trabalhou em conjunto com colegas de outros Departamentos, como os professores Daniel Wolff e Celso Loureiro Chaves, do Departamento de Música. Composições inspiradas nas obras da artista mostravam que havia um “transido entre linguagens”, na definição de Cláudia Zanatta. Uma mostra deste potencial ocorreu na reinauguração da Biblioteca Pública de Porto Alegre, que recebeu uma exposição de gravuras da artista com uma performance do professor Celso ao piano.

Festival Vaga-Lume

Durante anos, a atividade de pesquisa de Maria Lucia esteve também vinculada ao Laboratório de Multimeios do Instituto (LIMIA). Como coordenadora do LIMIA, ela criou o Festival Vaga-Lume, uma mostra de vídeos, que ocorria, no IA, anualmente. Entre outros objetivos, o Festival conseguiu unir pesquisa e extensão, com participantes de diferentes universidades do Brasil e do exterior, além de valorizar a produção dos estudantes.

A ex-aluna Louise Kanefuku destaca o envolvimento de Maria Lucia com o trabalho dos alunos. “Ela era muito bem humorada, curiosa, e tinha uma empolgação quase infantil, um frescor de dar inveja a muitos jovens do Instituto de Artes”.

Rafael Pagatini, também ex-aluno, reconhece em Maria Lucia a pessoa mais importante da sua vida

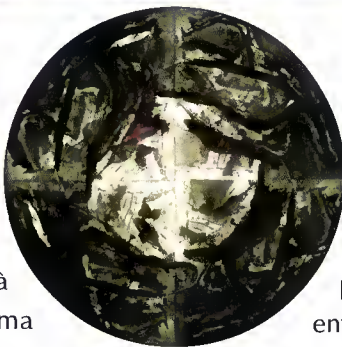


“Sempre foi muito focada, trabalhava muito, gostava do que fazia. Era uma artista que estava sempre inquieta, pesquisando e inventando. Estudou em vários lugares (Inglaterra, EUA, Bélgica, Japão), desenvolvendo uma pesquisa importante, principalmente em gravura. Prestava muita atenção ao banal, ao cotidiano. Sempre tinha um rigor, uma precisão, ligados à delicadeza das pequenas coisas.”

Claudia Zanatta, professora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais e do Departamento de Artes Visuais do IA da UFRGS



acadêmica. “Ela tinha uma energia enorme e, muito mais que professora, foi amiga, conselheira e mestra. Tive a sorte de ter sido seu orientando na graduação e na pós-graduação.” Rafael é grato à professora que, segundo ele, foi uma incentivadora do seu trabalho, “mesmo tendo consciência das minhas limitações”, observa. Aliás, uma característica enfatizada por colegas e alunos é o seu entusiasmo pelo trabalho e a forma como ela contribuiu, decisivamente, nas escolhas de seus alunos. Foi o que ocorreu com Pagatini, que, por



influência de Maria Lucia, tornou-se professor universitário.

Ele lembra que a professora sempre incentivou os alunos a experimentar, a procurar novos suportes e tecnologias, “a entender que a pesquisa, em arte, está na busca incessante de novas formas de interpretar o mundo”. Foi com Maria Lucia, que Pagatini aprendeu que, “por mais racional que eu pudesse ser, ainda assim restaria o gesto poético e sutil da arte. E tudo isso ela ensinava com um sorriso no rosto e um olhar curioso”. ■

“Foi uma excelente professora, dessas que de fato se fazem inesquecíveis. Fui seu aluno em Introdução à Gravura, no início dos anos 90. O que impressionava ali não era o quanto ela dominava o assunto ou alguma eventual erudição. O que marcava, verdadeiramente, era o entusiasmo que ela transmitia. Nenhuma afetação blasé ou superioridade tediosa. Parecia, mesmo, interessada nas produções e nas ideias dos estudantes. Gostava de compreender, discutir e compartilhar.”

Eduardo Ferreira Veras, professor do Instituto de Artes da UFRGS e ex-aluno de Maria Lucia

Biografia

Maria Lucia Cattani (Garibaldi 1958 - Porto Alegre 2015). Bacharel em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(1981), fez especialização em Artes Plásticas pela PUC-RS (1983), Mestrado (Master of Fine Arts), pelo Pratt Institute, Nova Iorque (1990) e PhD pela Reading University, Inglaterra (1998). Realizou Pós-Doutorado na University of the Arts London, (2007-2008). Foi professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985-2013).

Integrando uma geração de artistas que ganhou projeção a partir dos anos 80, realizou Residências de Artista no Nagasawa Art Park Artist-in-Residence, Tsuna Town, Japão, e no Frans Masereel Centre, Kasterlee, Bélgica. Ao longo de sua trajetória, realizou numerosas exposições, recebeu prêmios e está representada em importantes coleções do Brasil e do exterior, com gravura, livro de artista, pintura, vídeo e instalação.



Equipe da UFCSPA recebe prêmio por pesquisa de microorganismos em doença genética rara

Investigação científica realizada pelo laboratório de Microbiologia da Universidade, juntamente com dermatologistas, avaliou perfil microbiológico de pacientes diagnosticados com Epidermólise Bolhosa, para um trabalho desenvolvido pelo Curso de Especialização em Dermatologia

Por Adriana Lampert

Em tempos difíceis para a pesquisa dentro das universidades brasileiras, a equipe da área de Microbiologia da UFCSPA tem se destacado, com muitos projetos premiados, a exemplo de recente trabalho desenvolvido em parceria com o Curso de Especialização em Dermatologia. De autoria da residente Juliana Tosetto Santin, sob a coordenação da médica Ana Elisa Kiszewski Bau, o estudo sobre o Perfil Microbiológico de Pacientes Diagnosticados com Epidermólise Bolhosa (EB) Congênita em um Serviço de Dermatologia foi contemplado com o primeiro lugar na categoria Investigação Científica, do Prêmio Fernando Terra, da Sociedade Brasileira de Dermatologia. O trabalho é resultado de uma parceria realizada com a equipe do Laboratório de cocos gram-positivos – Microbiologia da Universidade, que, durante as análises de materiais coletados por Juliana, encontrou *Staphylococcus aureus*, patógeno oportunista que apresenta elevadas taxas de resistência aos antimicrobianos. Ainda sem cura, a

doença afeta o tecido conjuntivo e causa bolhas na pele e membranas mucosas, com incidência de 1:50.000. Resulta de um defeito na fixação da epiderme na derme, o que provoca fricção e fragilidade da pele.

A ideia surgiu em 2014, após a professora Ana Elisa revisar sua agenda de pacientes com este diagnóstico. “Percebi que, nos últimos dez anos, aproximadamente 20 pessoas tinham sido atendidas. Por se tratar de uma doença genética rara, este número seria suficiente para realizar uma pesquisa científica”, comenta a docente, que atua como vice-coordenadora do Curso de Especialização em Dermatologia UFCSPA. Em 2015, ela convidou a residente Juliana Tosetto Santin, para realizar o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nesta área, avaliando o perfil microbiológico dos pacientes com EB. “Elaboramos o projeto e convidamos o professor de Microbiologia Pedro Alves d’Azevedo, a mestrandia Adriana Medianeira Rossato e a doutoranda Renata Soares, para integrar a equipe”, conta a docente.



Renata Soares, Adriana Medianeira Rossato e Pedro d'Azevedo

Aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade (CEP/UFCSPA), a pesquisa iniciou naquele mesmo ano e durou cerca de doze meses. “Nosso foco maior foi isolar o microrganismo e verificar o perfil de resistência, que, quanto maior, menos possibilidades de tratamento oferece”, explica o docente. A ideia é justamente gerar condições para o desenvolvimento de novos tratamentos e medicações para a doença.

Estudo deverá ser ampliado


“Tivemos que nos reinventar, ainda que este não seja um estudo caro, então deu para fazer um bom trabalho com pouco dinheiro”, comenta d'Azevedo, referindo-se ao momento de contingenciamento de verbas pelo qual passam as universidades públicas do País. O laboratório realiza paralelamente uma série de pesquisas (cerca de 12) ligadas a alunos de estágio curricular, iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Este é o segundo prêmio conquistado em parceria com o curso de Dermatologia, ressalta o professor de Microbiologia. Em 2010, d'Azevedo recebeu o prêmio de melhor pesquisador pelo *Siemens Healthcare Diagnostics*, por analisar a resistência de glicopeptídios em *Staphylococcus aureus*. Trabalhar em parceria, segundo o docente, é uma forma de se realizar pesquisas com bons resultados, com poucos recursos.

Uma parceria com o Departamento de Genética

da Ufrgs, através da geneticista e professora Lavínia Schuler Faccini e de sua aluna de doutorado Luiza Mariath, está permitindo a ampliação do estudo recentemente premiado. “Pretendemos avaliar o perfil microbiológico, assim como mutações genéticas encontradas nos nossos pacientes e também naqueles provenientes de outras regiões do País, por meio de outras parcerias”, destaca Ana Elisa. Com a possibilidade de aumentar a amostra de pacientes avaliados, Juliana poderá realizar seu projeto de mestrado nesta linha de pesquisa.

Os resultados da pesquisa Perfil Microbiológico de Pacientes Diagnosticados com Epidermólise Bolhosa (EB) Congênita em um Serviço de Dermatologia já foram apresentados em dois congressos, um mundial em Amsterdã (Holanda) - Europeu de Microbiologia Clínica, em abril de 2016, e outro na Capital gaúcha, em setembro de 2016. “Este trabalho tem grande importância, pois é o primeiro a analisar o perfil microbiológico nos pacientes com EB no Brasil, e isso nos permitirá avaliar a frequência de resistência bacteriana nestes pacientes”, reforça a orientadora, Ana Elisa Kiszewski Bau. “Sabemos que a expectativa de vida deles pode ser bastante reduzida e que a sepse (infecção generalizada) é a principal causa de morte.” Segundo a docente, os resultados obtidos poderiam mudar condutas hoje utilizadas na terapêutica, além de determinar a antibioticoterapia mais adequada para estes pacientes. ■

Dia do Professor



Festa da ADUFRGS celebra o dia dos professores

Fotos: Araldo Neto, Maricélia Pinheiro e Fábio Martins





Centenas de professores, familiares e amigos se reuniram no último dia 14 de outubro, na Sogipa, em jantar comemorativo ao Dia do Professor. A tradicional festa promovida pela ADUFRGS-Sindical teve como tema, desta vez, a Oktoberfest, com direito a bandinha de música alemã e cardápio inspirado na culinária germânica.

Durante o jantar, o presidente do Sindicato, Paulo Machado Mors, fez um breve pronunciamento sobre a situação política brasileira, as medidas que afetam diretamente a educação e o serviço público como um todo e pediu unidade dos professores nessa batalha que terão que enfrentar.

O Coral da ADUFRGS brindou os presentes com uma belíssima apresentação da música "Ao mestre com carinho", versão em português para a canção "To sir, with love", tema do filme britânico de mesmo nome, estrelado em 1967.

Hine

Pioneiro da fotografia documental

"Se eu pudesse contar uma história com palavras, não precisaria andar com uma câmera." Lewis W. Hine

Na última edição da Revista Adverso, esquecemos de creditar a foto publicada na capa. Agora, fazemos um mea culpa, registrando a grande contribuição do seu autor, o fotógrafo e sociólogo Lewis W. Hine (EUA/1874-1940), no registro histórico das condições de trabalho no início do século 20.

Considerado o pioneiro da fotografia documental, Hine produziu imagens carregadas de significação, que contribuíram para a mudança da legislação sobre o trabalho infantil nos Estados Unidos. Mais de cinco mil fotografias de Hine passaram a integrar o acervo da Biblioteca do Congresso Nacional daquele país.

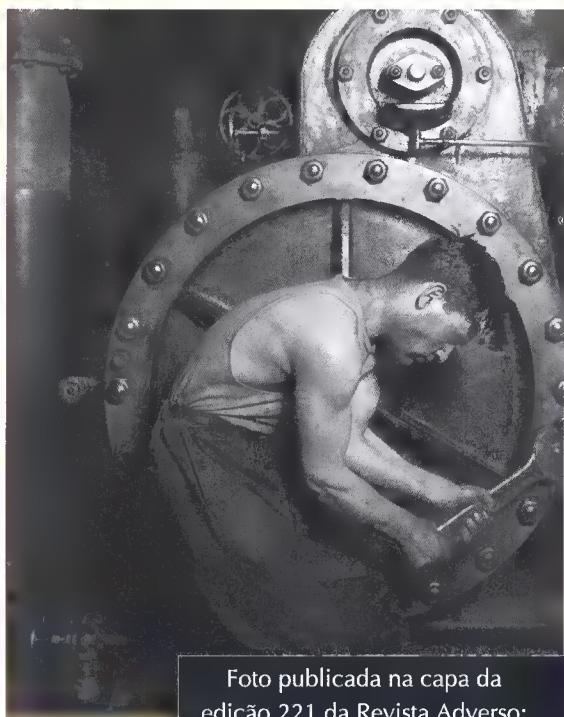


Foto publicada na capa da edição 221 da Revista Adverso: Power house mechanic working on steam pump (1920-21)



Hine viajou pelos Estados Unidos, registrando as condições de trabalho em diversos tipos de indústrias. Como fotógrafo investigativo, publicou os livros *Child labor in the Carolinas* e *Day laborers before their time*. Foto: Breaker Boys (1911)



Impedido de fotografar o interior de algumas fábricas, Hine escondia a câmera e se disfarçava de inspetor de incêndio.
Foto: Coal Breakers (1911)

Um dos seus trabalhos mais famosos foi documentar a construção do Empire State Building, no início dos anos 1930. As fotos foram publicadas no livro *Men at Work* (1932).



Hine priorizava os ângulos frontais, que valorizavam a expressão no rosto dos trabalhadores.
Foto: Child labor fries Mill boys (1911)



"Vida" sem penduricalhos

Prof. João Beal Vargas - Aposentado

No Encontro Temático realizado em 29/09/2016, nós, professores aposentados da ADUFRGS-Sindical, fomos brindados pelo educador físico e professor Alex de Oliveira Fagundes, da Esefid/Centro Vitta, falando sobre "Qualidade de/em Toda a Vida".

Na palestra, que durou cerca de 50 minutos, Alex usou mais de 30 vezes a expressão "qualidade de vida", me fazendo pensar se a palavra "vida" necessita de penduricalho, seja "qualidade" ou qualquer outro.

Quando da Abertura do XII Encontro Nacional do PROIFES-Federação, a palestrante Marcia Tiburi foi avisada que disporia de 20 minutos para expor seu tema "Democracia e Intolerância". Sua fala durou mais do que 40 minutos, tendo usado a palavra "fascista" (sem penduricalho algum) pelo menos 60 vezes. Com isso, durante o Coquetel que se seguiu à palestra, a palavra "fascista" retumbava em meu cérebro, como "Mabuse", na tela de um dos maiores clássicos do cinema.

Nosso egrégio colega Hégio Trindade escreveu dois excelentes livros sobre Fascismo. Espero que Márcia os tenha lido. Nos anos 60 e 70, era quase impossível pronunciarmos a palavra "fascista" sem o penduricalho "porco".

A palavra "Lula" esmorece sem o habitual penduricalho "Presidente"; o mesmo ocorre com a palavra "Dilma". Curiosamente, a palavra "Temer" é usada sem qualquer epíteto. E a palavra "Golpe", necessita de algum? Será que "das Elites" a robustecê-la-ia?

Voltando à palavra "vida", ela, em si, não diz tudo? Por que "qualidade de vida"? A meu ver, palavras como "honestidade", "amor", "integridade", "saúde" e "coragem" dispensam qualquer complemento; "vida" também. Expus essa ideia ao final da palestra. Sem qualquer eco, ouvi uma integrante da mesa inquirir a uma da plateia o que essa entendia por "qualidade" (sem mencionar a palavra "vida"). Bem interessante: o penduricalho eclipsando a palavra que o carrega!

Espaço do Leitor

Envie seu comentário, sugestão ou crítica sobre os assuntos abordados na Revista Adverso

comunica@adufrrgs.org.br



Você escreve?

A Adufrgs publica

Seu artigo pode estar na
próxima edição da Adverso.

Envie seu texto* para
comunica@adufrgs.org.br
e participe!

*Por se tratar de uma revista sindical, não serão
publicados artigos com conteúdo técnico-científicos.



ADufrgs
sindical
Filiado ao PROIFES-Federação

www.adufrgs.org.br  facebook.com/adufrgssindical



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação